

## «Diário» de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar — apresentação\*\*

O documento que a seguir se transcreve é o *Diário* de Antero Leal Marques, chefe do gabinete de Oliveira Salazar, desde que este assumiu, a 27 de Abril de 1928, a pasta das Finanças até 28 de Agosto de 1940, data em que Leal Marques é, a seu pedido, exonerado de chefe do Gabinete da Presidência do Conselho. O manuscrito incide sobre o curtíssimo período que vai de 28 de Junho a 11 de Julho de 1932 e corresponde aos dias em que Salazar, na qualidade de presidente do ministério, constitui o seu primeiro governo.

O caderno manuscrito foi deixado em herança pela filha de Leal Marques, Maria Luísa Soares Marques Dória Monteiro, a seu neto Henrique Chaves, que, com seu tio Jorge Dória Monteiro, decidiu oferecê-lo ao Arquivo de História Social do ICS. O melhor agradecimento que o Instituto e o Arquivo lhes podiam fazer — para além do que a ambos já apresentaram pessoal e institucionalmente — era publicarem na *Análise Social* o *Diário*, pelo seu indiscutível interesse e actualidade. E, ao torná-lo acessível à comunidade científica, atribuir à oferta outra dimensão.

### DO AUTOR

Pouco se sabe acerca de Leal Marques.

É inútil percorrer a *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, bem como os volumes de apêndices e actualizações, uma vez que dela o nome

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Agradeço a Madalena Garcia a ajuda que me prestou na transcrição e fixação do texto do manuscrito. A Manuel Villaverde Cabral o acesso à correspondência diplomática do Public Record Office. Ao arquitecto Miguel Velho da Palma as informações sobre seu avô. A Luís Filipe Salgado de Matos a identificação dos líderes da Legião Vermelha. A Pedro Faria e Luís Bigotte Chorão informações e observações pontuais. A António de Araújo a leitura crítica e minuciosa deste texto. A Maria de Fátima Bonifácio o estímulo para o escrever.

de Leal Marques não consta. Igualmente inútil é consultar os mais recentes dicionários de história vindos a lume sobre o Estado Novo, pois também nenhuma entrada para ele remete<sup>1</sup>.

E, no entanto, este chefe de gabinete e alto quadro da Administração Pública permaneceu ao lado de Salazar durante doze anos e o seu nome surge, quase diariamente, nas páginas dos jornais de grande tiragem dos primeiros tempos do Estado Novo, para falar só das fontes de mais fácil e livre acesso.

Apenas a obra genealógica *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste. Uma linhagem medieval inédita*, da autoria de Luís Filipe Marques da Gama, lhe faz menção<sup>2</sup>.

Perante tais lacunas, houve que recorrer à obra *Dos Leais...*, à informação fornecida pelos familiares, em particular um *dossier* de imprensa «Noticiário sobre os Serviços da Inspeção Geral de Finanças», uma «Nota» inédita redigida por Henrique Chaves, e àquela outra que eu própria pesquisei em dois dos principais matutinos de Lisboa e nos arquivos — Oliveira Salazar, Ministério do Interior e *O Século* —, ou que obtive, directa ou indirectamente, em entrevistas com o Dr. Henrique Chaves e os engenheiros Jorge Dória Monteiro e Henrique José Vilardebó Chaves.

Anthero Augusto Leal Marques nasce a 19 de Junho de 1880, em Sobral da Lagoa, Óbidos. É filho de Amélia Augusta da Gama Leal Marques e de Joaquim Marques Coelho Ferreira, dado como «professor primário, de francês e de latim, proprietário em Porto de Mós e Alenquer»<sup>3</sup>. Três anos depois, quando seus pais habitam na Tornada, Caldas da Rainha, nasce-lhe um irmão, Ernesto Marques da Gama. A 13 de Abril de 1884, a família de Leal Marques já se encontra a residir em Aveiras de Cima, no concelho da Azambuja, local onde o filho Ernesto é baptizado<sup>4</sup>.

Se os pais são católicos a ponto de baptizarem o segundo filho, tratar-se-á, segundo Henrique Chaves, de uma religiosidade ligeira, limitada aos actos litúrgicos mínimos ou obrigatórios.

Pouco se sabe acerca da escolaridade de Leal Marques e das escolas e colégios por onde andou. Após os estudos primários e secundários, tira o curso superior de Farmácia — como, de resto, o irmão —, vindo, desde cedo, a trabalhar na farmácia de que seu pai era proprietário.

---

<sup>1</sup> V. *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, e *Dicionário da História de Portugal*, coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Figueirinhas, 1999.

<sup>2</sup> Luís Filipe Marques da Gama, *Dos Leais de Sintra e Colares aos Leais da Região Oeste*, Óbidos, ed. da Câmara Municipal de Óbidos, 1997.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, pp. 150-151.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, p. 155.

Marques da Gama declara ter sido ele juiz substituto do juiz de direito em Alenquer. Henrique Chaves não diz exactamente o mesmo. Baseando-se em conversa com sua avó, afirma ter sido «Juiz de Paz», aos 20 anos, facto de que muito se orgulhava», parecendo ser esta a versão mais verosímil<sup>5</sup>. Do que não há dúvidas é ter Leal Marques vivido por um longo período em Alenquer<sup>6</sup>.

A 23 de Agosto de 1902, Antero Leal Marques, com 22 anos, casa, no Bombarral, com Maria Emília Pereira Soares, filha de Camilo José Soares e de Adelaide Pereira da Silva, «grandes proprietários nos concelhos do Bombarral e do Cadaval e sucessores do palácio dos Henriques do Bombarral», palácio em que hoje se situam os Paços do Concelho e cuja traça setecentista foi destruída<sup>7</sup>. Se atentarmos na graduação da qualidade de proprietário atribuída aos pais e sogros, é de admitir que, com este casamento, Leal Marques tenha subido na escala social.

Após cerca de um ano, a 4 de Setembro de 1903, nasce, em Alenquer, a sua primeira e única filha, Maria Luísa Soares Marques<sup>8</sup>. Ignoramos quase tudo acerca da sua meninice e adolescência. Mas é de admitir que tivesse feito os estudos a que se dedicavam as meninas das classes médias do seu tempo: cultura geral, línguas e piano<sup>9</sup>.

Leal Marques, que muito se orgulhava de ser «Juiz de Paz», detestava, ao contrário, a profissão de farmacêutico. Por volta de 1907 transfere-se para a Lourinhã e muda de actividade. Passa a ocupar o cargo de tesoureiro da Fazenda Pública, com a categoria de 3.<sup>a</sup> classe<sup>10</sup>.

Pouco depois de Abril de 1911, aquando da «Lei da Separação», tem na Lourinhã um grave conflito com um advogado local que exerce funções de delegado do Ministério Público e que, a dado passo, se prepararia para o prejudicar e segregar<sup>11</sup>.

Quando as ameaças sobem de tom, provavelmente entre 1913 e 1914, Leal Marques vem a Lisboa contactar um amigo, monárquico e miguelista,

---

<sup>5</sup> V., respectivamente, Luís Filipe Marques da Gama, *op. cit.*, p. 151, e Henrique Chaves, «Nota», texto inédito em que registou uma conversa tida com a avó, Maria Luísa Soares Marques, filha de Antero Leal Marques.

<sup>6</sup> Será, de resto, aqui que vai nascer muito mais tarde sua filha. E, em 1938, o jornal local *A Verdade*, em peça dedicada a Leal Marques, logo à cabeça, afirma: «Se todo o país conhece este dedicado e íntimo colaborador de S. Exc.<sup>a</sup> o Presidente do Ministério, o concelho de Alenquer conhece-o especialmente. Tantos anos S. Exc.<sup>a</sup> viveu entre nós!» O autor da peça termina, de resto, por considerar que ele é praticamente «conterrâneo» (v. «Leal Marques», in *A Verdade*, de 8-5-38).

<sup>7</sup> V. Luís Filipe Marques da Gama, *Dos Leais...*, cit., p. 151, e entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>8</sup> Luís Filipe Marques da Gama, *Dos Leais ...*, cit., p. 152.

<sup>9</sup> Entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>10</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*

Manuel Maria Bruschy, que já havia sido secretário-geral do Ministério das Finanças e director-geral da Fazenda Pública nos governos da Monarquia e que continuara a sê-lo nos governos da República, designadamente no primeiro de Afonso Costa. Leal Marques partilha os sentimentos de estima, consideração e confiança de que Bruschy então goza e são gerais<sup>12</sup>. E, ao recorrer a Bruschy, Leal Marques mais não pretende do que conseguir a transferência a fim de pôr ponto final ao contencioso e não prejudicar a carreira.

Vagava, entretanto, o lugar de tesoureiro da Fazenda Pública (1.<sup>a</sup> classe) em Coimbra. Bruschy nomeia Leal Marques. A família abandona a Lourinhã e transfere-se para Coimbra<sup>13</sup>.

Em plena pandemia da pneumónica, que chega ao nosso país em 1918, a mulher de Leal Marques, Maria Emília Pereira Soares, que não terá mais de 37 anos, adoece, não resiste e morre. Para a filha, que andarà pelos 15 anos, a morte da mãe é um acontecimento trágico que a vai marcar para toda a vida. Garota ainda, é ela quem fica a tomar conta da casa<sup>14</sup>.

Leal Marques, com cerca de 38 anos, vê-se viúvo e passa a viver para a filha e para o trabalho.

Em Coimbra, a Repartição de Finanças fica, então, nos Paços do Concelho. Aqui conhece o professor de Direito Manuel Rodrigues, oito anos mais novo do que ele, por cujo nível intelectual e humano tem a máxima admiração. Nos fins de tarde e nas horas vagas frequenta uma tertúlia num café de Coimbra onde se juntam académicos e intelectuais e em que pontua Manuel Rodrigues, tido como «republicano» e com «fama de socialista»<sup>15</sup>. Leal Marques já seria, por esta altura, um «republicano moderado», como faz questão de se definir no seu *Diário*, e, de entre as facções republicanas, as suas simpatias vão claramente para a republicana de direita de Brito Camacho<sup>16</sup>.

O tempo e o modo como Leal Marques teria travado conhecimento e amizade com Salazar variam de fonte para fonte. Os familiares situam uma

---

<sup>12</sup> O prestígio de Bruschy é reconhecido tanto pelos ministros da Monarquia constitucional como pelos da República, só vindo a conhecer os primeiros dissabores em 1919, após a revolta de Monsanto, quando o acusam de «inimigo da República» e de «legitimista ferrenho» e pressionam no sentido da sua «depuração» do Ministério. Ainda que o então ministro das Finanças Rego Chaves se oponha à campanha surda que lhe é movida e reafirme o muito apreço que lhe merece como alto funcionário, Bruschy acabará nesse ano por pedir a aposentação (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* e Alberto Xavier, *Memórias da Vida Pública*, Lisboa, Livraria Ferin, 1950, pp. 65-66).

<sup>13</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

<sup>14</sup> Entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>15</sup> Sobre a tertúlia, v. Henrique Chaves, «Nota», cit. Sobre a qualificação política de Manuel Rodrigues, v. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 3.<sup>a</sup> ed., 1985, p. 105.

<sup>16</sup> Informação prestada pelo engenheiro Henrique José Vilardebó Chaves a 21-11-2005.

coisa e outra na tertúlia e por via de Manuel Rodrigues<sup>17</sup>. Marques da Gama, fazendo-se eco de uma afirmação dos autores da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, declara que Salazar recorre a Leal Marques «para lhe ministrar noções práticas de finanças públicas»<sup>18</sup>, de que Salazar nada perceberia<sup>19</sup>. Por fim, Carlos Pires de Lima da Fonseca reclama para si a paternidade do encontro entre Salazar e Leal Marques e situa-o em 1928. Amigo e frequentador da casa de Salazar, Fonseca lembra uma conversa tida entre ele e Salazar no Instituto Jurídico e acrescenta: «[...] e lembro-me do interesse com que lhe falei num homem com quem muito me dava, o Sr. Antero Leal Marques, pessoa que considerava um homem sério, funcionário exemplar e que em Coimbra era Tesoureiro da Fazenda Pública<sup>20</sup>.» Qualquer que seja a versão verídica — a da tertúlia, a das aulas ou a do amigo que apresenta o amigo —, é em Coimbra que a sua relação nasce.

A 27 de Outubro de 1925, sua filha Maria Luísa casa-se, em Lisboa, com o Dr. Henrique Mariano de França Dória Monteiro, natural da Madeira, formado em Medicina e que exerce a sua clínica no Monte da Caparica<sup>21</sup>.

Maria Luísa deixa assim Coimbra e a casa paterna. Leal Marques fica mais só. Trabalho e profissão vão ocupar, praticamente, a sua vida.

Entretanto, dá-se o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

O amigo e correligionário Manuel Rodrigues ocupa, desde Junho desse ano, o cargo de ministro da Justiça e dos Cultos. Entre 28 de Novembro e 19 de Dezembro de 1927, o então ministro das Finanças, general Sinel de Cordes, desloca-se a Genebra e a Paris para negociar um empréstimo da Sociedade das Nações a Portugal. Manuel Rodrigues é chamado a acumular interinamente a pasta das Finanças e convida Antero Leal Marques para seu chefe de gabinete<sup>22</sup>.

---

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> Luís Filipe Marques da Gama, *Os Leais...*, cit., p. 151, e Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar*, vol. 1 (1934-1950), Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1988, p. 39, nota 12.

<sup>19</sup> Por sua vez, Cunha Leal via em Quirino de Jesus o verdadeiro «mestre» de um «Salazar que não vê um palmo à frente do nariz em matéria de política económica.» (cit. in Comissão do Livro Negro, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1987, p. 7).

<sup>20</sup> Carlos Pires de Lima da Fonseca, *Roteiro da Minha Vida*, Lisboa, Livraria Portugal, pp. 244-245.

<sup>21</sup> Onde o casal virá a ter os seus dois filhos. O primeiro nasce em 1927 e é uma menina: Maria Helena Marques de França Dória Monteiro, que, anos depois, virá a casar com Henrique José Vilardebó Chaves, engenheiro mecânico e técnico das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, do qual terá três filhos, um dos quais é Henrique Chaves. O segundo é rapaz, nasce em 1929 e chama-se Jorge Marques de França Dória Monteiro, que virá a ser engenheiro mecânico e administrador da Companhia Nacional de Navegação (v. Luís Filipe Marques da Gama, *op. cit.*, p. 152, e entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro).

<sup>22</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

Leal Marques transfere-se para Lisboa.

Uma vez regressado o titular da pasta, Sinel de Cordes<sup>23</sup>, Manuel Rodrigues fixa-se na Justiça e Cultos, enquanto Leal Marques retoma as pacatas funções na Repartição de Finanças da cidade de Coimbra.

Mas por pouco tempo.

A 27 de Abril de 1928, no governo chefiado pelo general José Vicente de Freitas, o professor de Finanças e de Economia Política na Faculdade de Direito de Coimbra António de Oliveira Salazar é convidado, de novo, a sobraçar a pasta das Finanças. Presidente da República, presidente do ministério, autoridades militares e maiores da ditadura aceitam agora as quatro condições que ele coloca para ocupar o lugar<sup>24</sup>.

É a vez de Salazar recorrer aos serviços de Leal Marques, a quem convida para seu chefe de gabinete. Leal Marques terá começado por recusar, alegando a excessiva responsabilidade das «funções que desempenhava e das avultadas verbas à sua guarda»<sup>25</sup>. Salazar não lhe dá qualquer hipótese de fuga, ou, como dirá mais tarde o *Jornal de Notícias*, usa todo o seu *charme* e convence Leal Marques, que acede a chefiar o gabinete por um ou dois meses<sup>26</sup>. Mas, a acreditar no mesmo *JN*, os dois meses de chefia do Gabinete irão transformar-se em dois anos de «duríssimo [e] sacrificante trabalho», uma vez que todas as semanas vai a Coimbra «conferir o cofre da Tesouraria», cuja responsabilidade continua a seu cargo<sup>27</sup>.

Seja como for, Leal Marques regressa a Lisboa e ao Ministério das Finanças. A 28 de Maio de 1930, pouco depois de remodelar o sistema tributário (Abril de 1930), Salazar cria a Inspeção-Geral de Finanças (IGF)<sup>28</sup>,

---

<sup>23</sup> Que é logo substituído pelo ministro interino general Ivens Ferraz, que irá recusar o empréstimo externo. Sobre as datas da sucessão ministerial, v. Guimarães, Alberto Laplaine e outros, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos e INCM, 2000, pp. 255-257.

<sup>24</sup> As condições eram: «a) Que cada ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças; b) Que as medidas tomadas pelos vários ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças; c) Que o Ministério das Finanças pode opor o seu ‘veto’ a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis; d) Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes ministérios nas medidas relativas à redução de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possa organizar tanto quanto possível segundo critérios uniformes [...]» (v. Salazar, «Condições da reforma financeira», discurso proferido a 27-4-1928, na sala do Conselho de Estado, no acto da sua tomada de posse, *Século*, de 28-4-1928).

<sup>25</sup> V. Henrique Chaves, «Nota», cit.

<sup>26</sup> V. «Excepcional figura», *Jornal de Notícias*, de 27-4-1939.

<sup>27</sup> *Ibid.*,

<sup>28</sup> IGF que substitui a Inspeção da Fazenda Pública e do Corpo de Fiscalização Superior das Contribuições e Impostos (v. Decreto-Lei n.º 18 177, de 8-4-1930, e «Inspeção Geral de Finanças», in *Diário de Notícias*, de 29-5-1930).

que tem por atribuições fiscalizar e inspeccionar as direcções e secções de finanças, tesourarias da Fazenda Pública e outros cofres públicos, bem como realizar sindicâncias e inquéritos e propor a remodelação ou aperfeiçoamento dos serviços de lançamento e arrecadação de impostos<sup>29</sup>. Nomeia Leal Marques inspector-geral de Finanças, que organiza a IGF desde os seus fundamentos<sup>30</sup>. A este novo cargo Leal Marques junta as anteriores funções de chefe de gabinete.

Ainda em 1930, pelos seus relevantes serviços, é feito comendador da Ordem Militar de Cristo<sup>31</sup>.

Dois anos depois, a 28 de Junho, Salazar é indigitado pelo general Óscar Carmona futuro presidente do ministério. Leal Marques, como veremos no seu *Diário*, é uma peça-chave na constituição deste primeiro governo.

Entre Fevereiro e Maio de 1933, a IGF vê alargadas as suas competências. Em Fevereiro passa a realizar os inquéritos que lhe venham a ser exigidos pelo Tribunal de Contas (Decreto n.º 22 257). A 12 de Maio é-lhe atribuída a fiscalização das cooperativas. E a 13 do mesmo mês passa a ter por sua conta a inspecção dos serviços de contabilidade e de tesouraria das câmaras municipais e dos serviços municipalizados (Decretos n.ºs 22 520 e 22 521)<sup>32</sup>.

Leal Marques continua, no entanto, a acumular os dois cargos.

A 1 de Janeiro de 1934, o Presidente da República, na presença de todos os membros do governo e subsecretários de Estado, atribui-lhe a condecoração de grande-oficial da Ordem Militar de Cristo. Nas palavras que então lhe dirige sublinha «as suas admiráveis qualidades de carácter e de trabalho reveladas em muitos anos de serviço público exemplar»<sup>33</sup>.

A 27 de Março do mesmo ano, o Chefe da República do Brasil confere a Leal Marques o grau de comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul<sup>34</sup>.

---

<sup>29</sup> V. *A Inspeção Geral de Finanças. Relatórios e Anexos (1930 a 1937)*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 42.

<sup>30</sup> V. notícia muito posterior em *O Século*, de 29-8-49.

<sup>31</sup> V. cópia do diploma, oferecida por Henrique Chaves, da condecoração concedida pelo general Carmona a 15-4-30 in Arquivo de História Social do ICS.

<sup>32</sup> V. *A Inspeção Geral de Finanças. Relatórios e Anexos (1930 a 1937)*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 42. A IGF irá sofrer posteriores alargamentos das suas competências. Em 1934 passará a ter a seu cargo o exame à escrita das sociedades anónimas (Decreto n.º 22 680); a fiscalizar a escrita e o balanço aos cofres dos serviços prisionais e jurisdicionais de menores (Decreto n.º 22 708). Em 1935, a IGF integrará os serviços dependentes das Inspeções Gerais dos Tabacos e Fósforos (Decreto n.º 26 157). Em 1936, passará a competir à IGF a fiscalização dos organismos de coordenação económica (Decreto n.º 26 757).

<sup>33</sup> V. «Antero Leal Marques», in *Diário de Notícias*, de 4-1-1934, e cópia do diploma fornecida por Henrique Chaves in Arquivo de História Social do ICS.

<sup>34</sup> V. cópia do diploma fornecida por Henrique Chaves, in Arquivo de História Social do ICS.

A 15 de Abril de 1935, pouco antes de uma minirremodelação ministerial, Leal Marques deixa de ser chefe de gabinete de Salazar no Ministério das Finanças<sup>35</sup>. A Presidência do Conselho é também reformulada. Salazar, para além de um secretário, Arnaldo Pinheiro Torres, passa a ter um chefe de gabinete. Chama para este lugar Antero Leal Marques, que continua a acumular com o cargo de inspector-geral das Finanças.

Pela mesma altura há outras mudanças. Por um lado, Salazar deixa a sua residência na Rua do Funchal e transfere-se para um 1.º andar na Rua Bernardo de Lima. Por outro, abandona definitivamente o seu gabinete no Ministério das Finanças e passa a utilizar, exclusivamente, o gabinete no Palácio da Assembleia Nacional, onde ficam instalados os serviços da Presidência do Conselho<sup>36</sup>. Ou seja, de 1932 a 1935, Salazar nunca chegara a ocupar as instalações oficiais do Palácio de São Bento<sup>37</sup>.

A 30 de Abril de 1935 é a vez de o Presidente da República Espanhola, Niceto Alcalá Zamora, conceder a Leal Marques a placa da Ordem da República<sup>38</sup>.

Ainda a 26 de Agosto desse ano, na qualidade de inspector-geral das Finanças, Leal Marques parte, com mais três funcionários da IGF, para a ilha da Madeira, onde durante um mês inspeccionará os respectivos serviços de finanças<sup>39</sup>.

A sua ausência na Madeira, em fins de Agosto e durante quase todo o mês de Setembro, coincide com um período de doença de Salazar, que se recolhe a Santa Comba Dão e ao Caramulo e só vem a Lisboa, entre 10 e 14 de Setembro, para jugular o movimento conspirativo que, chefiado por Mendes Norton, envolve, para além dos clássicos oposicionistas republicanos e socialistas, os nacionais-sindicalistas de Rolão Preto<sup>40</sup>.

A 3 de Maio de 1937 morre, em Lisboa, Joaquim Marques Coelho Ferreira, pai de Leal Marques, que com ele vive na Rua Barbosa du Bocage. Entre os presentes no funeral contam-se o general Amílcar Mota, em repre-

---

<sup>35</sup> Leal Marques é substituído na chefia do Gabinete do ministro das Finanças por António Sebastião Spínola, que, até então, exercia as funções de inspector da IGF. É também nomeada secretária do ministro das Finanças a Dr.ª Emília Adelaide Ferreira, licenciada em Ciências Económicas e Financeiras (v. «Presidência do Conselho», in *Diário de Notícias*, de 16-4-1935).

<sup>36</sup> O gabinete do Ministério das Finanças vai albergar o subsecretário de Estado das Finanças e, por sua vez, o subsecretário de Estado das Corporações também passará a ocupar os gabinetes que antes pertenciam ao Dr. Costa Leite (Lumbralles) (*ibid.*).

<sup>37</sup> A parte residencial, nas traseiras do Palácio, só será construída em 1939.

<sup>38</sup> V. Cópia do diploma fornecida por Henrique Chaves in Arquivo de História Social. Leal Marques ainda recebe mais duas condecorações: a de grande-oficial da Ordem de Leopoldo II da Bélgica e a grã-cruz da Ordem da Águia Alemã. Para estas duas últimas, v. notícia sobre a sua morte em *O Século*, de 20-7-1969.

<sup>39</sup> V. *O Século*, de 27-8-1935, e *Diário de Notícias da Madeira*, de 27-9-1935.

<sup>40</sup> V. diário de Salazar, para os meses de Abril a Setembro de 1935, AOS, DI-I, IAN/TT.

sentação do Presidente da República, Oliveira Salazar, quase todos os ministros, secretários e subsecretários de Estado, presidentes da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa (CC), presidente do Supremo Tribunal de Justiça, procurador-geral da República, procurador da República junto da Relação de Lisboa, antigos ministros civis e militares, deputados da Assembleia Nacional e procuradores à CC, directores dos principais jornais diários e dirigentes de várias associações industriais e comerciais<sup>41</sup>. As centenas de pessoas que passam pela Rua Barbosa do Bocage ou que acompanham o féretro até ao Alto de São João constituem como que o barómetro da elevada consideração e influência que Leal Marques detém. Pelo número e qualidade dos presentes, o funeral não é só uma manifestação de pesar, mas um acto político. E, como já se está em plena guerra civil de Espanha, segundo o jornal *O Século*, «À saída do cemitério, o Sr. presidente do Conselho foi saudado, à romana, pela maioria dos assistentes»<sup>42</sup>.

Se em 1935 Leal Marques está ausente aquando da conspiração de Mendes Norton, em 1937 não falha nem as bombas de Janeiro nem o atentado a Salazar de 4 de Junho, ambos de autoria anarquista. Neste último, Leal Marques está mais do que presente. Salazar divide a assistência à missa dominical entre o Patriarcado (uma vez por outra) e, mais frequentemente, a casa do Dr. Josué Trocado, na Rua Barbosa do Bocage<sup>43</sup>. Raro era que Leal Marques não o acompanhasse. A 4 de Junho, ambos se dirigem, como é hábito, para casa de Josué Trocado. Leal Marques é o primeiro a sair do automóvel quando a bomba explode, destruindo a placa arborizada da avenida e abrindo um enorme buraco. Mas tudo quanto lhe acontece, como aos restantes, é ficar coberto de terra e, provavelmente, não ter ganho para o susto.<sup>44</sup>

Sensivelmente por volta de Julho de 1938, Leal Marques, na qualidade de inspector-geral das Finanças, torna públicos, através da Imprensa Nacional, os relatórios acerca da actividade da IGF para o período de Abril de 1930 a Dezembro de 1937, deles fazendo larga difusão. Numerosos periódicos, sejam os de grande tiragem de Lisboa e Porto<sup>45</sup>, sejam os porta-vozes de instituições

---

<sup>41</sup> AIP, Associação Comercial de Lisboa, Associação Comercial dos Lojistas, Associação dos Comerciantes do Porto e Associação dos Comerciantes de Angola (v. *O Século e Diário da Manhã*, de 6-5-1937).

<sup>42</sup> In *O Século*, de 6-5-1937.

<sup>43</sup> V. diário de Salazar, AOS, DI-I, IAN/TT.

<sup>44</sup> Salazar, Leal Marques e a família de Josué Trocado acabam por assistir à missa que é celebrada pelo padre Abel Varzim e fazem-no, segundo a imprensa, como se nada se tivesse passado (v. *O Século*, de 5-7-1937, e Henrique Chaves, texto de 21-11-2005). Sobre a versão anarquista do atentado, v. Emídio Santana, *História de Um Atentado. O Atentado a Salazar*, Lisboa, Fórum, 1976.

<sup>45</sup> *Diário de Notícias, O Século, Comércio do Porto*.

ou correntes políticas e religiosas<sup>46</sup>, sejam jornais regionais<sup>47</sup> ou de carácter especializado<sup>48</sup>, inserem artigos e peças de fundo encomiásticos à obra da IGF, ao seu inspector-geral e à prática de dar a conhecer o que os serviços públicos fazem. Até a Emissora Nacional dedica um longo tempo de antena ao assunto. Leal Marques parecia, por uma vez, ter abandonado a sua inveterada modéstia e sair da penumbra em que gostava de permanecer.

Com o desencadear da segunda guerra mundial, a actividade de Salazar e, por contágio, a do seu chefe de gabinete intensificam-se. O presidente do Conselho trabalha diariamente com o embaixador Teixeira de Sampaio no que se refere à política externa. Acompanha, de perto, as negociações de Mário de Figueiredo sobre a Concordata e o Acordo Missionário. Recebe ao longo do dia vários ministros e, pela noite, o das Obras Públicas, Duarte Pacheco. Para boa parte dos assuntos correntes de natureza interna — a que se juntam os da Comissão dos Centenários — apoia-se em Leal Marques, com quem despacha quase todos os dias, mesmo aos domingos, havendo dias em que o faz mais de uma vez.

A 5 de Dezembro de 1939, Salazar regista o que se terá passado no despacho das 10½ da manhã em que Leal Marques dá a conhecer o seu enorme cansaço, o seu grau de saturação, e coloca a hipótese de abandonar o lugar de chefe do Gabinete. Escreve Salazar: «10½ L. Marques — vem arrasado com trabalho e emoção da véspera — não pode continuar — deseja largar a chefia do Gabinete porque não pode com tudo — pessoas a receber e os processos da Insp. Geral e o trabalho na Misericórdia [?] — infelizmente é ele quem tem de fazer tudo — à noite ainda o maçam em casa — nem às refeições está sossegado — concordou em que assim desperdiça a saúde e a vida e que é necessário rever o problema<sup>49</sup>.»

A 25 de Janeiro de 1940, Salazar dá a entender que a demissão de Leal Marques corre de boca em boca e que tal facto o preocupa. Resumindo os assuntos abordados, pelas 14 horas, com Santos Costa — «revisão do projecto de decreto sobre os cursos para promoções a coronel e a major» —, Salazar acrescenta: «No final: impressões acerca dos boatos correntes — o que se diz da pretensa demissão do L. Marques<sup>50</sup>.»

A 28 de Janeiro, depois da missa em sua casa celebrada pelo padre Alberto Carneiro de Mesquita, antigo companheiro do Centro Académico da Democracia Cristã, Salazar trabalha com Leal Marques, pelas 11.30, e regista: «Alguns despachos — longa troca de impressões sobre a organização do

---

<sup>46</sup> *Diário da Manhã, A Verdade, Novidades, A Voz.*

<sup>47</sup> *Diário da Madeira, Soberania do Povo de Águeda, Jornal de Lagos, A Verdade de Alenquer, Diário de Notícias da Madeira e a União* (de Lourenço Marques).

<sup>48</sup> *Jornal do Comércio e das Colónias, Arquivo Financeiro e Segurador.*

<sup>49</sup> DI-2, AOS, IAN/TT.

<sup>50</sup> *Ibid.*

trabalho no Gabinete, Inspecção-Geral e Gabinete das Finanças — secretário, direcção (ou diminuição) do trabalho — necessidade de aliviar o trabalho e de descansar durante um ou dois meses.» No dia seguinte voltam a abordar o tema e Salazar escreve: «Proposta que apresentou (depois de agradecer a prova da estima e consideração) quanto às questões postas ontem: ir trabalhar só na Inspecção durante um ou dois meses e depois se melhorasse voltar à Chefia do Gabinete da Presidência. Mostrei-lhe a impossibilidade da solução<sup>51</sup>.»

A 5 de Fevereiro, entre os ministros que Salazar recebe, conta-se o da Justiça, Manuel Rodrigues. Com ele fala, segundo seu registo, de «Hipólito Raposo, da União Nacional e de um secretário para ela, da doença do Leal Marques do Gabinete da Presidência»<sup>52</sup>. A 15 do mesmo mês, pelas 2 horas da tarde, recebe o ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, e sobre o encontro escreve: «Também o Dr. Albino dos Reis já lhe falara no L. Marques<sup>53</sup>.»

De Fevereiro a Julho, a vida continua normalmente, com Salazar a dar despacho quase diário a Leal Marques e a abordar questões de elevada importância. A grande diferença é este não trabalhar aos domingos e, numa ou noutra ocasião, ser ajudado por «D. Emília», que tudo indica ser a Dr.<sup>a</sup> Emília Adelaide Ferreira, secretária do Ministério das Finanças. A 25 de Julho, ambos são encarregues «[...] da revisão das provas de imprensa do decreto da Concordata» e que envolve a «comparação com as fórmulas anteriores»<sup>54</sup>.

Em Agosto de 1940, Portugal é visto por um correspondente especial do *Daily Mail* como «o último recanto alegre na Europa», dele dizendo mostrar-se «calmo, feliz e optimista». Ostentando os seus «hotéis repletos de refugiados ricos e pobres», «apesar de ter havido um grande contingente de turistas alemães», a atmosfera no país «em nada foi modificada»<sup>55</sup>. A situação internacional ensombra-se, no entanto, com os seus reflexos sobre Portugal. A Holanda, a Bélgica e o Norte da França viam o seu território invadido pelas divisões alemãs. Mussolini acabava de entrar na guerra ao lado de Hitler. A neutralidade portuguesa começava a ser posta à prova quer pelos aliados britânicos, quer pelo Eixo.

Nesse momento, e seja por razões mais internas do que externas, Salazar procede a uma profunda remodelação governamental. Vindo desde 1936 a

---

<sup>51</sup> *Ibid.*

<sup>52</sup> *Ibid.*

<sup>53</sup> *Ibid.*

<sup>54</sup> *Ibid.*

<sup>55</sup> V. «Enquanto o resto da Europa arde em guerra, Portugal mostra-se calmo, feliz e optimista», notícia em que *O Século* transcreve a peça do *Daily Mail*, de 23-8-1940, e que tenta publicar na sua edição de 24 mas a censura corta por inteiro (provas tipográficas do jornal *O Século* enviadas para a censura in arquivo de *O Século*, IAN/TT).

acumular a chefia do governo e as pastas da Guerra, dos Estrangeiros e das Finanças, entrega esta última a João Pinto da Costa Leite (Lumbralles)<sup>56</sup>, que até então assumia a pasta do Comércio e Indústria. E faz muitas outras substituições<sup>57</sup>.

É neste contexto que, um dia antes da tomada de posse dos novos ministros e subsecretários de Estado, mais concretamente a 27 de Agosto de 1940, Leal Marques, com pouco mais de 60 anos, deixa, a seu pedido, o lugar de chefe de gabinete do presidente do Conselho, embora permaneça no cargo de inspector-geral das Finanças<sup>58</sup>. Nesse dia, Salazar regista no seu *Diário*: «Leal Marques abandona a Chefia do Gabinete da Presidência do Conselho<sup>59</sup>.»

A acreditar no que Salazar escrevera acerca de Leal Marques no seu *Diário* desde Dezembro de 1939, a afirmação de Marques da Gama, reforçada pela do engenheiro Jorge Dória Monteiro, segundo a qual Leal Marques apresentara a sua demissão «por discordar de alguns aspectos da política do Estado Novo» parece pouco verosímil<sup>60</sup>.

É verdade que Salazar, conforme se deduz da conversa tida com Santos Costa, mostra inquietar-se com a maneira como iria ser vista a saída do seu chefe de gabinete, tanto mais quanto corriam boatos<sup>61</sup>. Aliás, a 28 de Agosto, a censura manda suspender a notícia do jornal *O Século* sobre a demissão, uma vez que dela não consta a portaria da Presidência do Conselho e

---

<sup>56</sup> O que leva ao pedido de exoneração de António Sebastião Spínola, chefe de gabinete de Salazar, enquanto ministro das Finanças (v. «Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças cessante», in *O Século*, de 29-8-1940).

<sup>57</sup> Vaz Serra substitui Manuel Rodrigues na Justiça; Mário de Figueiredo substitui Carneiro Pacheco na Educação; Rafael Duque passa a chefiar a pasta da Economia (envolvendo o Comércio, Indústria e Agricultura, em que estavam, respectivamente, João da Costa Leite e ele próprio). A nível de subsecretários de Estado, Trigo de Negreiros entra para as Corporações e Previdência Social, Diniz da Fonseca para a Assistência Social, Supico Pinto para as Finanças, Rui Sá Carneiro para as Colónias, Lopes de Almeida para a Educação Nacional, Ferreira Dias Júnior para o Comércio e Indústria, André Navarro para a Agricultura [v. João Morais e Luís Violante, *Contribuição para Uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal (1926-1935)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, e Alberto Laplaine Guimarães e outros, *op. cit.*].

<sup>58</sup> V. «Demitiu-se do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho o Sr. Antero Leal Marques» e «12 anos depois Leal Marques deixa o cargo de chefe de Gabinete do Presidente do Conselho», in, respectivamente, *O Século* e *Diário de Lisboa*, de 29-8-1940.

<sup>59</sup> DI-2, AOS, IAN/TT.

<sup>60</sup> V. Luís Filipe Marques da Gama, *op. cit.*, p. 151, e entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro.

<sup>61</sup> Como, de resto, já havia acontecido com António de Sousa Gomes quando este, em 1933, abandonara o cargo de secretário da Presidência do Conselho para ficar apenas na direcção do *Diário da Manhã*. Sousa Gomes confirma a informação que dera a Salazar sobre «a impressão causada em certos espíritos pela minha saída da Presidência» e acrescenta: «Para efeito de acção do jornal parece-me que seria bom mostrar ao público que não saí pelo facto de V. Exc. me ter em menor conta» (v. carta de António de Sousa Gomes a Salazar, s. d., AOS/CP-128).

os termos em que esta procede à exoneração<sup>62</sup>. Ou seja, Salazar quer que o afastamento de Leal Marques não seja objecto de qualquer leitura política.

A 5 de Setembro, Salazar despede-se dos altos funcionários das Finanças e de seus colaboradores directos com um almoço na residência oficial à Rua da Imprensa. Entre os convidados conta-se, naturalmente, Antero Leal Marques<sup>63</sup>.

Dias depois, a 9 de Setembro, Leal Marques escreve um cartão a Salazar, agradecendo «o seu retrato e as palavras amigas que nele quis inscrever e bem assim o delicado objecto que ao retrato [...] juntou»<sup>64</sup>. O delicado objecto era, segundo Henrique Chaves, um relógio «Universal», de bolso com cordão, e todo em ouro, como à época se usava<sup>65</sup>.

A 7 de Fevereiro de 1941, a assembleia geral do Banco Lisboa & Açores elege por unanimidade Leal Marques para o cargo de administrador-delegado. Mas só a 30 de Setembro e após requerimento seu aquela eleição tem, enfim, resultados práticos. Por portaria, manda o governo, através do ministro das Finanças João da Costa Leite (Lumbralles), «que seja passado à situação de licença ilimitada [...] o inspector geral Antero Leal Marques e que, ao mesmo tempo, lhe seja dado público testemunho de louvor pelo zelo, competência e dedicação com que serviu o seu cargo, no exercício do qual prestou relevantísimos serviços»<sup>66</sup>.

No seu último dia ao serviço da DGF, Leal Marques é objecto de uma homenagem por parte dos funcionários de todos os serviços que compõem aquela direcção-geral<sup>67</sup>.

A 2 de Outubro, Salazar regista no seu *Diário*: «Leal Marques penso [?] que foi para o Lisboa e Açores»<sup>68</sup>.

Chegava ao fim uma longa carreira de alto funcionário público, que praticamente toda a imprensa vinha desde há muito enaltecendo e considerando modelar. A melhor definição da personagem encontramos-la numa peça do *Jornal de Notícias*, de Abril de 1939, em que se pode ler:

[...] A toda esta competência [...] junta-se uma admirável e invejável resistência física que fazem de Leal Marques o trabalhador cronométrico

---

<sup>62</sup> V. Provas tipográficas cortadas pela censura de 28-8-1940 in arquivo de *O Século*, IAN/TT.

<sup>63</sup> Para Franco Nogueira, o almoço de despedida visava tornar claro que Salazar, ao sair das Finanças, não tencionava interferir naquele departamento. A fim de justificar a presença de Leal Marques, Nogueira equivooca-se quando diz, em nota de rodapé, que Leal Marques «fora entretanto nomeado inspector-geral de Finanças». Ele já o era desde 1930.

<sup>64</sup> V. telegrama n.º 138/16, de Leal Marques a Salazar, de 9-9-1940, AOS/CP-168.

<sup>65</sup> Entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Jorge Dória Monteiro em 17-11-2005.

<sup>66</sup> V. «Leal Marques deixou o cargo de Inspector Geral de Finanças e vai exercer o de administrador do Banco Lisboa & Açores», in *Diário de Notícias*, de 1-10-41.

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> DI-3, AOS, IAN/TT.

que ignora feriados, repousos e mal conhece de vista as férias disciplinares.

Mas, mesmo em esboço, a figura ficaria incompletamente apontada se não referíssemos outras peregrinas qualidades: o carácter, o bom senso, e o coração. Nem a vida nem a experiência de onze anos de delicadas funções públicas, primeiro como chefe de gabinete do ministro das Finanças, depois como chefe de gabinete do Presidente do Conselho, embotou a sua sensibilidade. Nunca se habituou ao erro ou à desgraça alheia. Nunca pôde nem poderá assistir a qualquer tendência que seja [o desvirtuamento?] da pureza dos princípios. Absolutamente desinteressado, o espírito de Leal Marques paira sobre a mesquinhez dos motivos que em geral movem a pobre humanidade. A sua robustez física infatigável só se altera quando certos espectáculos morais inadmissíveis à sua isenção e legalismo se lhe deparem<sup>69</sup>.

Aquando da sua saída de chefe do Gabinete da Presidência do Conselho, até o liberal *Diário de Lisboa* fala da sua permanência naquele cargo como uma «afirmação de exemplar civismo, de dedicação, de dignidade, de lealdade sempre presente», e declara associar-se «às provas de respeito que todo o país lhe está prestando»<sup>70</sup>.

Prosas como estas repetem-se tanto em jornais de grande tiragem como na imprensa regional, e independentemente da sua maior ou menor proximidade do regime.

Tempos depois, para além de administrador do Banco Lisboa & Açores, Leal Marques virá a desempenhar também o cargo de procurador-geral da empresa seguradora espanhola La Equitativa — Fundación Rosillo, permanecendo nesta última após ter sido reformado da banca.

Consultando, no arquivo Oliveira Salazar, a «Correspondência Particular», cuja natureza, apesar do nome, é mais política e oficial do que privada, apenas se encontram três peças protocolares de Leal Marques posteriores à sua saída de chefe do Gabinete da Presidência do Conselho, sendo de admitir que os contactos com Salazar ou tenham diminuído ou hajam passado a ser mais directos e pessoais do que epistolares. Mas o engenheiro Henrique José Vilardebó Chaves é peremptório: Salazar e Leal Marques nunca mais se viram ou encontraram. Tudo se resumia aos cartões pessoais que ambos trocavam nos dias de Natal, Ano Novo e de aniversário de cada um.

Ter-se-á mantido ainda a oferta dos *Discursos e Notas Políticas*, da autoria do presidente do Conselho. O habitual era Salazar mandar fazer

---

<sup>69</sup> V. «Figura excepcional», in *Jornal de Notícias*, de 27 de Abril de 1939.

<sup>70</sup> V. *Diário de Lisboa*, de 29-8-1940.

tiragens de 250 exemplares, em papel especial, que eram por ele numerados e rubricados. À excepção do I volume dos *Discursos e Notas Políticas*, que não é numerado nem tem dedicatória e está apenas rubricado por Salazar, o II volume na posse de Leal Marques, cobrindo os anos de 1935-1937, é o n.º 3 dos 250 exemplares especiais e contém dedicatória e a assinatura de Salazar<sup>71</sup>.

O mesmo acontece após Leal Marques ter abandonado as suas funções públicas. Tanto em Dezembro de 1943 como em Janeiro de 1952 e em Maio de 1959, dos III, IV e V volumes<sup>72</sup>, Salazar envia a Leal Marques o n.º 3 dos exemplares especiais, com dedicatória e rubrica<sup>73</sup>. Ou seja, apesar do afastamento físico e do decorrer dos anos, Leal Marques continuava no topo da escala de consideração de Salazar<sup>74</sup>.

Já em idade avançada, Antero Leal Marques contrai segundo casamento com Maria Ivone Franco Rodrigues.

Mas a doença em breve o diminui intelectualmente, vindo a falecer a 19 de Julho de 1969<sup>75</sup>, já depois da morte política de Oliveira Salazar e no auge da era de Marcello Caetano.

## DO DIÁRIO

O *Diário* cobre, como vimos, o período que vai de 28 de Junho de 1932, dia em que o Presidente da República, general Óscar Carmona, encarrega Salazar de formar governo, até 11 de Julho desse ano, dia em que ainda andam no ar resquícios da agitação militar antes havida e em que os nacionais-sindicalistas de Rolão Preto se tornam preocupação dominante.

O texto contém 128 páginas manuscritas. Começa na segunda página par com a expressão «Antecedentes». Termina com a entrada relativa ao dia «12-VII-932», mas sem conteúdo. Começo e fim apontam para que Leal Marques tenha tido maiores ambições. Por um lado, dar conta das circunstâncias em que decorreu a demissão colectiva do governo do general Domingos de Oliveira e das que presidiram à nomeação de Salazar para presidente do ministério. Por outro, continuar com regularidade o *Diário*, tanto mais quanto as novas funções de Salazar não eram comparáveis às de simples ministro, ainda que se tratasse de um «superministro».

---

<sup>71</sup> V. informação de Henrique Chaves de 22-11-2005.

<sup>72</sup> Volumes relativos, respectivamente, aos anos de 1938-1943, 1943-1950 e 1951-1958.

<sup>73</sup> V. informação de Henrique Chaves de 22-11-2005 e AOS/CP-168, IAN/TT.

<sup>74</sup> Dos 250 exemplares especiais, o primeiro número era destinado ao Presidente da República, o segundo ao cardeal Cerejeira e o terceiro a Leal Marques.

<sup>75</sup> Sobre a doença, v. entrevista com o Dr. Henrique Chaves e o engenheiro Dória Monteiro. Sobre a sua morte, v. a «Necrologia» de *O Século e Diário de Notícias*, de 20-7-69.

Estas ambições não significam que Leal Marques pensasse vir a publicar o que quer que fosse. Nem se coadunam com Salazar, nem com o carácter de Leal Marques, que possui um forte sentido de Estado e para quem a lealdade pessoal e institucional é um valor superior.

Como quer que seja, e para infortúnio dos historiadores, Leal Marques ficou-se pelo registo quotidiano dos catorze dias durante os quais Salazar, uma vez terminado o relatório sobre o Orçamento Geral do Estado, constituiu o governo. Ora descreve as diligências e contactos, as discussões e alianças, os boatos e intrigas, as jogadas e conflitos, que foram acompanhando a escolha dos nomes, ora dá conta do ambiente social e político que neles se viveu e até do clima que reinou nos dois actos de tomada de posse, primeiro do governo, depois do ministro da Guerra, general Daniel de Sousa.

Da leitura do *Diário* deduz-se que Leal Marques o vai escrevendo ao longo dos dias, a quente, ao sabor dos acontecimentos, nos raros minutos vagos de que dispõe. Não se trata de algo elaborado e trabalhado *a posteriori*. Pelo menos, a 5 de Julho, apanhamo-lo a dizer: «[...] estava a escrever o meu diário, retiniu a campainha do telefone» (p. 74). Alguns lapsos que comete, de que é exemplo chamar ministro do Comércio a Duarte Pacheco — quando ele é titular das Obras Públicas —, significam que se trata de um texto escrito ao correr da pena e que não chegou a ser revisto. Mesmo as liberdades que toma em relação a certas personagens, o que transmite das conversas com Salazar, que, por sua vez, de liberdades e não pouca ironia usa, só existem exactamente porque se trata de uma escrita livre de um texto privado e sem correcções.

Diga-se, por último, que as dificuldades que Salazar enfrenta e de que o *Diário* dá conta não têm origem na esquerda, do republicanismo mais radical ao movimento socialista ou ao anarquista e comunista. Depois das revoltas fracassadas de 3/7 de Fevereiro de 1927, de 2 a 6 de Maio de 1931 na Madeira, Açores e Guiné, de 26 de Agosto do mesmo ano em Lisboa, e das mal sucedidas greves gerais de 29 de Fevereiro de 1932 e de 30 de Maio desse ano, tanto os sectores políticos como os sociais se encontram imersos em lutas intestinas e com os seus dirigentes distribuídos pela prisão, pelo exílio ou vivendo numa legalidade mais do que condicionada. As dificuldades vêm, pois, do lado dos que fizeram ou apoiaram o golpe militar do 28 de Maio, que foi levado a cabo, não por monárquicos e católicos conservadores, mas por uma parte significativa de gente republicana de quase todas as facções.

Dito isto, o relato de Leal Marques é, a vários títulos, de excepcional importância.

Em primeiro lugar, vem completar as fontes primárias sobre a formação do primeiro governo de Salazar, limitadas até agora à imprensa de grande tiragem, toda ela censurada, à correspondência diplomática, bem mais livre

e abundante (casos da francesa e da britânica, as mais citadas), às memórias de um ou outro governante (caso de Marcello Caetano<sup>76</sup>) e às mais recentes descobertas de António de Araújo, em particular as actas do Conselho Político Nacional, órgão a que o Presidente da República recorre para discutir a crise política aberta pela demissão do governo de Domingos de Oliveira e cujos membros consulta individualmente sobre a personalidade a convidar para chefiar um novo governo<sup>77</sup>.

Em segundo lugar, ainda que a narrativa dos acontecimentos e do que se passa nos bastidores seja feita a partir do lado de Leal Marques, do lugar que ocupa junto de Salazar e dos próprios *parti pris* de um «republicano moderado» — o que determina uma parte dos seus temores, desabafos e comentários —, nada disto põe em causa a autenticidade e a pertinência das suas descrições e observações.

As preocupações de objectividade são evidentes. Basta proceder a uma análise interna do texto para constatar o rigor que nele foi posto. De resto, um ou outro pormenor referido pôde ser confirmado quer em documentos encontrados no arquivo Oliveira Salazar, quer na correspondência diplomática. É raro que Leal Marques não transmita fielmente a Salazar o conteúdo dos contactos tidos com gente política ou militarmente importante e mais raro é aceitar servir de intermediário aos que lhe vêm pedir cargos para terceiros, remetendo-os, delicadamente, para o Presidente da República, a quem, em seu entender, competiria decidir e comunicar ou não o nome do ministeriável a Salazar. Só por uma vez quebra esta regra — ou seja, opta pelo silêncio —, sendo de admitir que o faz a fim de baixar a temperatura ambiente e de não agravar as relações já de si tensas entre Salazar e algumas das mais importantes figuras militares, entre as quais se contam os coronéis Lopes Mateus e Raul Esteves e o general Daniel de Sousa. Leal Marques tem a noção de que um deslize na transmissão da informação pode ser fatal e fazer ruir a aventura em que Salazar está envolvido. Não esconde, porém, o que pensa de certas pessoas, situações e organizações, quer quando escreve para si, quer quando reproduz conversas tidas, a sós ou em grupo, com Salazar, Águedo de Oliveira, José A. Marques ou Mário Pais de Sousa. E ao falar, em tom de desabafo, das suas relações com Salazar ou dos conselhos que lhe dá é claro quando, por questões de eficácia, usa a diplomacia ou, ao invés, a frontalidade.

---

<sup>76</sup> Não refiro as memórias do tenente Assis Gonçalves porque na altura da formação do governo se encontrava em Vinhais, só regressando a Lisboa no dia 3 de Julho e entrando em contacto com Leal Marques no dia 4. Ou seja, o que conta anos depois é, necessariamente, em segunda mão.

<sup>77</sup> V. António de Araújo, «O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933», sep. de *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

Em terceiro lugar, sendo chefe de gabinete, Leal Marques vê desfilar, quer no Ministério das Finanças, quer na casa de Salazar, ao vivo ou por via telefónica, dezenas de individualidades, civis e militares, das mais variadas correntes, tendo acesso a informação confidencial e reservada que dificilmente se poderia encontrar em qualquer arquivo. Estou a pensar na informação que, de várias origens, lhe chega, directa e indirectamente, e se destina a Salazar ou a que de Salazar parte para diferentes destinos, desde as chefias militares ou determinados ministros até ao próprio Presidente da República, e que, pela sua própria natureza, jamais seria passada a escrito. Estou a pensar também nas conversas que os homens de confiança de Salazar mantêm ou nos comentários que tecem (inclusive o próprio Salazar), e que são espontâneos e mordazes, porque privados, mas que acabam por ser tão ou mais reveladores do que os discursos públicos, quer do ponto de vista da posição política de quem os faz, quer das estratégias por eles propostas ou seguidas. Estou a pensar ainda na importância variável atribuída a certas figuras. A lendária influência de Quirino de Jesus parece ter desaparecido nesta conjuntura. A importância do Presidente da República continua a ser indiscutível e tão decisiva como antes fora. O papel de Duarte Pacheco volta a ser relevante: dotado de uma acutilante noção do tempo político, é ele quem força, sem contemplações e cerimónia, a constituição do governo na noite de 4 para 5 e evita que Salazar perca prestígio ou caia no ridículo. Penso ainda na vivacidade com que Leal Marques descreve certas personagens e situações ou a que ele empresta a idênticas descrições feitas por Salazar.

Em quarto lugar, Leal Marques revela as dissidências e conflitos maiores entre civis e militares que a nomeação de Salazar provoca e se repercutem na constituição do seu governo, bem como no papel que alguns quadros superiores do Exército e o Presidente da República desempenham na solução da crise, como a nomeação do general Daniel de Sousa para ministro da Guerra.

Os conflitos são cruzados, têm protagonistas distintos e uma dupla dimensão pessoal e política.

Revoltam-se os tenentes contra a manutenção no governo do antigo ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, porque do «grupo de Coimbra», porque amigo de Bissaia Barreto e sobretudo porque defensor da aproximação aos antigos partidos políticos republicanos. Neste movimento, os tenentes são apoiados pelo coronel Lopes Mateus, ex-ministro da Guerra e que fora substituído pelo mesmo Pais de Sousa no Ministério do Interior, ministério que Mateus, pela sua natureza política, mais cobiçava.

Por sua vez, os nacionalistas e «revolucionários do 28 de Maio», perante nomes como os de Manuel Rodrigues e Mesquita Guimarães, ambos considerados republicanos e liberais, irritam-se e ameaçam revolta. O primeiro, por ter «apadrinhado», contra Salazar e Mário de Figueiredo, «a crise dos

sinos». O segundo, por tratar Salazar, «em oratória quase pública, de sacristão e jesuíta»<sup>78</sup>.

Mas às embirrações e aos ódios político-pessoais junta-se um conflito de alcance estratégico. A Constituição acabada de aprovar pelo Conselho Político Nacional e pelo anterior Conselho de Ministros de Domingos de Oliveira significava o fim da ditadura militar e uma institucionalização política que, entregado o exercício do poder político aos civis, confinava os militares nos quartéis. Este é o grande pomo da discórdia, que, de novo, Lopes Mateus e os jovens tenentes encarnam e está na origem de um braço-de-ferro com Salazar, que conhece altos e baixos e é de desfecho imprevisível.

Diga-se, por último, que o *Diário*, à semelhança das actas do Conselho Político Nacional, permite entender a orientação política e ideológica dos vários ministros. O governo que desta peleja resulta está longe de ser maioritariamente católico, monárquico e conservador, como o Conselho Político Nacional já não o era.

Se juntarmos e cotejarmos o manuscrito de Leal Marques com as notícias saídas na imprensa da época, com a correspondência diplomática, com as actas do Conselho Político Nacional já publicadas, com documentos avulsos constantes do arquivo Oliveira Salazar e com depoimentos memorialísticos — de que o de Marcello Caetano, embora sintético, se situa entre os mais fiéis<sup>79</sup> —, é possível estabelecer uma cronologia fina e fazer a história do primeiro governo de Salazar sem cometer erros grosseiros, quer pela inexacta localização de certos factos e posições, quer pela sua errada interpretação (falhas presentes em alguns estudiosos), e sem cair na tentação mais grave, que é a de falsear a história, como acontece com Franco Nogueira, para quem «não encontrou Oliveira Salazar dificuldade em constituir o seu governo»<sup>80</sup>. Na narrativa do biógrafo oficial de Salazar, tudo se tinha passado como entre Deus e os anjos ou como se já estivesse escrito nos astros. O *Diário* de Leal Marques vem dizer-nos precisamente o contrário.

## NOTA FINAL

No texto reproduzido respeitei a escrita e a pontuação de Antero Leal Marques. Assim, mantive as muitas abreviaturas por ele usadas: a de «M.º»,

<sup>78</sup> V. carta, muito posterior, do católico e monárquico Dr. Carlos Bessa Tavares a Salazar de 6-10-43, em que aquele explica a sua posição aquando da crise de 1932 (AOS/CP-263).

<sup>79</sup> Para a versão de Marcello Caetano, à época assessor jurídico do Ministério das Finanças, v. *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 1985, p. 47. A memória de Marcello só o atraiçoa quando situa o preenchimento da pasta da Guerra dias depois da tomada de posse de Salazar. A tomada de posse do general Daniel de Sousa no Ministério da Guerra verifica-se no dia 6 de Julho de 1932.

<sup>80</sup> Para a versão de Fanco Nogueira, v. *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*, II vol., Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 145-147. A última afirmação encontra-se na p. 149.

que tanto pode ser «Ministério» como «ministro», ou ainda «Mário», e cujo significado se deduz do contexto da frase; as de «Dr. S.» e «Dr. O. S.», que são «Dr. Salazar» e «Dr. Oliveira Salazar»; as de «Q.» e «Q. de J.», que significam, respectivamente, «Quirino» e «Quirino de Jesus»; a de «M.<sup>el</sup>», que corresponde a «Manuel»; a de «P.», que significa «Presidente» ou «Pacheco»; as relativas às patentes do Exército e da Marinha, de que são exemplos «Cap.», «C.<sup>el</sup>», «G.<sup>al</sup>», «C.<sup>te</sup>». Os exemplos que dou não são exaustivos.

Procedi à actualização ortográfica em alguns casos, como «ouvil'ó», «d'honra», «acompanhál'ó», «m'ó», «mensaes», «avisál'ó», «d'acordo», «arrastál'ó» e «fil'ó».

Sempre que se tornou impossível identificar com segurança uma palavra manuscrita, o termo escolhido foi assinalado com um ponto de interrogação entre parênteses rectos. Sempre que Leal Marques se esqueceu de colocar aspas, estas aparecem também dentro de parênteses rectos.

Os poucos lapsos cometidos pelo autor encontram-se assinalados ou no texto com parênteses rectos ou em notas de pé-de-página.

Todas as personalidades referidas no *Diário* foram, dentro do possível, identificadas, encontrando o leitor em notas no fim do texto os seus principais dados biográficos.

## DIÁRIO\*

28 DE JUNHO DE 1932

É o Dr. Salazar encarregado de constituir gabinete.

Ao M.<sup>o</sup> das Finanças vão pessoas de várias cores políticas manifestar-me confiança nas suas grandes qualidades e afirmar que estão certas de que ele formará o governo capaz de dar à Nação ordem, trabalho e disciplina.

Às 11½ da noite forneci aos jornalistas, que me esperavam à porta de casa, a nota com o n.<sup>o</sup> 1.

Ao Dr. A. Monteiro<sup>1</sup> foi enviado telegrama de convite.

29-VI-932

Os jornais dão a notícia da resolução presidencial. O “Diário de Notícias”, “A Voz”, o “Diário da Manhã” e as “Novidades” publicam artigos elogiosos para o M.<sup>o</sup> e mostram-se confiantes na sua acção.

Várias pessoas entendem que deve continuar o mesmo M.<sup>o</sup> do Interior<sup>2</sup> outras havendo que opinam pelo contrário.

À noite, no passeio, falou-me o Ministro nas dificuldades para a organização do Ministério. Disse-me não saber bem o que havia de fazer quanto ao M.<sup>o</sup> do Interior. Para a Justiça falou-me no M.<sup>el</sup> Rodrigues<sup>3</sup> e no Silvério Abranches<sup>4</sup>; para a Guerra no G. de Sousa<sup>5</sup>, mas mais no Major Abranches<sup>6</sup>; para a Marinha no Mesquita Guimarães<sup>7</sup> e no Morna<sup>8</sup>; para os Estrangeiros no Mário de Figueiredo<sup>9</sup> e no César Mendes<sup>10</sup>; para o Comércio no Duarte Pacheco<sup>11</sup> e Nobre Guedes<sup>12</sup>; para a Agricultura no Sebastião Ramires<sup>13</sup>. Em resposta a uma alusão ao G. de Sousa disse-lhe que era simplesmente infame fazer passar esse homem como muito esquerdista e não merecendo confiança à Ditadura.

---

\* No verso da primeira página consta o subtítulo “Antecedentes”, que não chegou a ser escrito.

Fiz notar que o Dr. Q.<sup>14</sup> afirmava serem o G. de Sousa o M.<sup>el</sup> Rodrigues e o M. Guimarães homens pouco dedicados à Situação e que em meu entender o Ministro e eu também com igual fundamento assim podíamos ser tidos.

Declarou o Ministro que no dia seguinte ouviria o Q. Sempre queria saber o que ele pensava. Disse-me que a Ditadura muito devia ao Q. etc.

30-VI-932

Ao gabinete foram oferecer-se para fazer parte do pessoal da Presidência o C.<sup>el</sup> Vaz Velho da Palma<sup>15</sup> e o secretário do M.<sup>o</sup> da Agricultura, Carvalho da Costa<sup>16</sup>. Este último disse que não podia voltar para o M.<sup>o</sup> do Comércio por não poder servir sob as ordens de quem o desconsiderava. Também fez alusões ridículas a pretensos serviços e a ter sido “agente de ligação entre Dr. Salazar e Maria” (sic). Escreveu ao M.<sup>o</sup> a oferecer-se para M.<sup>o</sup> das Colónias o Almirante Sousa e Faro<sup>17</sup>. Na carta atira-se ao Dr. Armindo Monteiro e afirma que muito fez em Angola sem alarde nem exibicionismo.

Disse eu ao Dr. Águedo<sup>18</sup> que naturalmente não podia continuar no gabinete, por me achar esgotado pelo árduo trabalho de 4 anos. Respondeu-me que então também ele se ia embora, pois não podia passar sem o meu auxílio. Acrescentei que nada tendo eu, é certo, com a organização do Ministério, de todo perdia o elan e entusiasmo se os novos ministros pertencessem todos à corrente que agora se chama nacionalista, termo que estou certo cobre reservadas ideias e não se sabe que intuítos.

Que a ser assim não ficava satisfeita a opinião pública que do Dr. Salazar esperava outra coisa. Que o prestígio deste homem público ficaria grandemente abalado em tal hipótese. Mais disse que tal caminho defendido por Q. de J. era errado e que eu não me sujeitava a seguir sob a orientação de um homem por quem não tinha nenhuma espécie de consideração.

Garanti que continuaria a ser o mesmo amigo do Dr. Salazar, que por ele teria sempre a consideração que é devida aos seus altos e reais merecimentos, que não deixaria de colaborar no que ele entendesse, mas que não podia continuar no gabinete por não querer assistir à queda do seu prestígio e ainda por não concordar com uma tal orientação. Que não pode ser chefe de gabinete uma pessoa que discorda da orientação do seu ministro na organização de um ministério por ele presidido.

Mais à tarde como o Dr. José A. Marques<sup>19</sup> estranhasse o meu desânimo e instasse comigo para que eu lhe dissesse o que tinha, reeditei, pouco mais ou menos, o que tinha dito ao Águedo. Este disse-me que de maneira alguma eu podia deixar o gabinete, que tudo havia de correr bem, que ele e eu tudo comporíamos. Afirmou que o M.<sup>o</sup> lhe dissera que ele não trairia nunca a República – do que eu nunca duvidei – que não levaria para o Ministério nenhum dos meninos etc. O Dr. José A. Marques na manhã deste dia tinha ido a casa do Dr. Salazar, a pedido do Dr. José Cabral<sup>20</sup> e, dizia, de um grupo de militares – não

se sabe por quem era formado tal grupo – para que o Dr. Salazar recebesse o Major Manso Preto<sup>21</sup>, indigitado M.º do Interior por toda a gente ultraconservadora. Este Manso Preto, há um mês atrás e sendo Governador Civil de Évora, dizia ao M.º do Interior – Dr. Mário de Sousa: “Nós já tínhamos força para fazer a monarquia. O meu ministro não me prende”.

Às 4½ da tarde foi o M.º a casa do Q. de J. Fez-me grande impressão esta visita depois do Dr. Salazar saber que Q. havia recebido dinheiro em paga de serviços prestados junto dele. Este dinheiro vinha de uma Companhia que aproveitara com a publicação de certo decreto<sup>22</sup>. Nem um momento duvido da honra do M.º, mas lastimo a dependência em que voluntariamente se colocou de um homem nefasto e que tudo indica ser desonesto.

À noite fui passear com o M.º para a serra de Monsanto. Voltou ele a falar-me do M.º futuro, da sua conversa com Q. de J. com quem voltaria a estar às 10 e ½ horas da noite para ver no que se “assentava”. Falou-me no M.º Rodrigues, no G. de Sousa e no Dr. M.º de Figueiredo que estava na disposição de convidar para os Estrangeiros. Disse-me que iria falar com o Presidente da República<sup>23</sup> por causa da pasta da Guerra. Fiquei com a impressão de que se eu mostrasse o meu assentimento o M.º da Guerra<sup>24</sup> ficaria, apesar de tudo quanto S. já me havia dito. Não me enganei atribuindo isto a influência do Q. Quando nos dirigíamos à cidade apareceu o M.º do Interior que havia sido convidado a ir ao encontro. O Dr. Salazar queria ouvi-lo sobre o estado de espírito do Dr. Mário de Figueiredo. Informou o Dr. Mário de Sousa que aquele só entraria com condições, que estava ultraconservador. Ao dito M.º respondeu ironicamente “quer restaurar a monarquia?”; e acrescentou: mas qual é finalmente a sua atitude? Resposta do Dr. Mário – “Creio que te poderá levantar dificuldades à boa marcha do Governo.[...] Como o Dr. S. estivesse na disposição de o chamar para o ouvir, eu disse que isso poderia irritá-lo ainda mais se por não serem aceites as condições ele não entrasse no Ministério. A isto respondeu o Dr. Salazar que ninguém que não seja desequilibrado pode levar a mal que não sejam aceites as condições que puser para dar a sua colaboração. Que também ele pusera condições quando fora convidado a sobraçar a pasta das Finanças, mas que não ficava de mal com o Presidente se este não as tivesse aceitado.

Os dois ministros vieram pôr-me em casa, ainda seguindo juntos. Não sei se o M.º do Interior também iria a casa do Q.

Durante o passeio disse-me o Dr. S. que no dia seguinte convidaria o M.º da Instrução – Dr. Cordeiro Ramos<sup>25</sup> – para entrar no novo governo e que também no dia seguinte teríamos que tomar os nossos apontamentos. Creio que desejava organizar a lista das pessoas a convidar.

Garanti a meu genro e à noite a meus Pais, que se o Governo fosse constituído só por indivíduos mais ou menos tidos como monárquicos que eu deixaria o gabinete. Afirmei-lhes que daria conta ao M.º dos motivos da minha resolução. Mais disse que me custava deixá-lo, mas que por forma alguma podia acompanhá-lo por um caminho que em meu entender o levava à perdição.

Veio telegrama do Dr. A. Monteiro aceitando a pasta das Colónias e agradecendo o convite<sup>26</sup>.

1-VII-932

De manhã encontrei em casa do M.<sup>o</sup> o M.<sup>o</sup> do Interior que falava quando entrei no convite ao Dr. Mário de Figueiredo para a pasta dos Estrangeiros.

Poucos minutos depois chegava o M.<sup>o</sup> da Instrução que ia ser convidado para continuar no gabinete. Saí da sala com o Dr. Pais de Sousa a quem disse das minhas preocupações quanto à constituição do gabinete que a fazer-se com gente só das direitas era em minha opinião um autêntico desastre. Afirmei-lhe que a ser assim eu não podia continuar na chefia do gabinete do M.<sup>o</sup>

Respondeu-me o M.<sup>o</sup> do Interior concordar inteiramente comigo, mas que o Dr. Salazar lhe parecia estar na disposição de convidar individualidades republicanas. Pouco depois voltávamos à sala de que tínhamos saído e o M.<sup>o</sup> pedia ao Dr. Mário de Sousa para ir tratar do caso M.<sup>o</sup> de Figueiredo. Seguidamente o Dr. O. S. deu-me conta da conversa tida na noite da véspera com Q. de J. e disse-me que este lhe havia indicado para a Guerra o C.<sup>el</sup> Teles<sup>27</sup> acrescentando que este tinha fama de monárquico. Respondi que ele M.<sup>o</sup> não podia entregar as pastas militares a quem tivesse fama de monárquico e que em meu entender estas pastas só podiam ser entregues a republicanos ou não políticos que garantissem a ordem e a disciplina, mas de preferência deviam ser escolhidos os primeiros.

Também o Dr. S. me disse que ia convidar o Duarte Pacheco para o Comércio, pessoa em que eu já lhe havia falado e que aguardava a vinda do Dr. M. de Figueiredo para saber das relações dele com o Dr. M.<sup>el</sup> Rodrigues pois também convidaria este para a Justiça. Para a Agricultura falámos no Sebastião Ramires, rapaz inteligente e sério, que tem as simpatias da chamada gente nova e que julgo poderia fazer bom lugar.

Tudo isto disse ao M.<sup>o</sup> Falou-me este nas dificuldades do preenchimento das pastas da Guerra e da Marinha ficando em falar ao Presidente da República em nomes que lhe tinham indicado. Aconselhei a que para evitar dificuldades do momento e ainda por se não saber bem qual seria a atitude do C.<sup>el</sup> Mateus o melhor seria ele M.<sup>o</sup> tomar interinamente conta da Guerra e também lembrei uma démarche junto do Presidente da República para que este consentisse na criação da Casa Militar para a chefia da qual iria o Mateus. Desta forma dava-se ao M.<sup>o</sup> da Guerra que saía um lugar de destaque e podia aproveitar-se a ocasião para afastar da Presidência o Carvalho Nunes<sup>28</sup> que tanto tem prejudicado o G.<sup>al</sup> O. Carmona e o prestígio do poder. O M.<sup>o</sup> aprovou os meus alvitre. Saí e fui mandar ao Presidente do M.<sup>o</sup> a norma do telegrama que dispensava o C.<sup>te</sup> Branco<sup>29</sup>.

Voltei para almoçar e já o M.<sup>o</sup> havia recebido o Duarte Pacheco que um pouco constrangido aceitou o Comércio. Ficou o M.<sup>o</sup> muito bem impressionado com a conversa que com aquele tivera, fazendo-me os maiores elogios à sua inteligência e orientação. Ao Duarte Pacheco disse o Dr. O. S. que era preciso fazer a organização de uma força política, mas não como aquela que presentemente diz apoiar a situação, formada por indivíduos que mantêm a sua ligação com grupos e partidos. O Duarte Pacheco concordou segundo o M.<sup>o</sup> me disse.

Falando-se da organização geral do M.<sup>o</sup> eu disse que o País esperava dele um Ministério nacional em que tivessem lugar individualidades republicanas. O Dr. S. concordou plenamente com o meu ponto de vista em que tal devia ser a formação do gabinete e até começou a contar os ministros pelas cores que publicamente lhes eram atribuídas. Ficou assente que eu chamaria o Ramires para ir à R. do Funchal às 5 horas da tarde e que procuraria saber onde se acharia às 6 horas o Mesquita Guimarães com quem o M.<sup>o</sup> pretendia conversar para que este lhe indicasse um M.<sup>o</sup> para a Marinha não o dispensando inteiramente de vir a ocupar o cargo.

Procurei o M. Guimarães no Banco de Angola e depois na Escola Naval, mas não o encontrei. Mandei que pelo telefone fosse procurado e finalmente foi encontrado na Caixa Geral dos Depósitos. Minutos depois entrava no gabinete das Finanças. Disse-lhe que o M.<sup>o</sup> pretendia saber para onde lhe podia telefonar depois das 6 da tarde, pois precisava estar com ele. Apesar de eu nada lhe dizer sobre o motivo da entrevista ele indirectamente me disse que não podia ser Ministro pois que isso o obrigaria quando deixasse a pasta a ir para a reserva. Que da Marinha só devia ser Ministro um civil tal o estado em que aquilo estava. Que havia ali oficiais muito distintos – como aliás o era o Magalhães Correia<sup>30</sup> – mas que se queimaria quem quisesse fazer a obra que era indispensável. Mais disse que o Morna não tinha simpatias na Armada, que era um homem que só criava antipatias e de tal feitio que indo há tempo fazer uma viagem comandando um barco, trouxera na bagagem um montão de autos levantados aos oficiais sob as suas ordens. Afirmou o M.<sup>a</sup> Guimarães que além disso era republicano ao que eu retorqui que também o era e que não podia ser outra coisa, e que o Dr. S. pretendia levar republicanos para o seu Ministério. Ficámos assim. Agora me lembro que o M. Guimarães disse também constar que o Mateus pretendia dar um golpe de Estado e que o Governador Militar de Lisboa<sup>31</sup> tinha saído havia pouco do Batalhão dos Caminhos de Ferro. Pelas 6 horas da tarde estive no gabinete o jornalista Silva e Costa<sup>32</sup> que me informou haver círculos militares organizados no que eu lhe disse não acreditar. Acrescentei isso seria o fim.

Pouco depois era chamado ao telefone pelo Governador Militar de Lisboa que me perguntou se podia ir falar-me. Respondi que o receberia imediatamente. Não se fez esperar ficando eu com a impressão de que vinha da Guerra. Ao chegar, perguntou “Que há de novo?” Respondi: nada sei. Começou a conversa: Que não percebia nada do que se estava passando, que o Exército ainda devia ser ouvido, que se havia dito que ficava o actual M.<sup>o</sup> da Guerra, que agora parece que se pretendia fazer o contrário, que era bom ver isso pois que podia haver descontentamentos etc. Em resposta disse-lhe que era bom pôr as coisas com clareza pois que eu pretendia informar o M.<sup>o</sup> com segurança e lealdade, que se o Exército entendia que devia fazer indicações isso mesmo teria que ser dito ao Sr. Presidente da República para que este por sua vez as transmitisse à pessoa encarregada de constituir gabinete, pois ou essa pessoa aceitava as indicações e formava governo com as individualidades apresentadas ou não aceitava e declinava. Concordou, mas disse que havia feito consultas aos comandantes de unidade

julgando que uma das condições aceites pelo Dr. S. era a continuação do actual M.º da Guerra, que assim lhe parecia ter sido dito pelo C.<sup>el</sup> Raul Esteves<sup>33</sup>, que exactamente por isto e julgando prestar um serviço é que ele havia feito perguntas aos oficiais que nunca fizera e que agora indo estar com o Esteves – aqui está o motivo da ida ao Batalhão dos C.<sup>os</sup> de Ferro – aquele lhe dissera que o Dr. S. não havia respondido nada à instância dele para que o M.º da Guerra continuasse. Respondi que em tudo isto havia grande trapalhada pois que o Dr. S. não tinha tomado quaisquer compromissos e repeti-lhe as palavras proferidas na entrevista: “Que se fosse ele encarregado de constituir gabinete e atendendo a que o seu estado de saúde o obrigava a ir refazer-se, teria que nomear um vice-presidente do Governo que seria o M.º da Guerra do gabinete que ele constituísse”. Não havia como ele bem via nestas palavras o mais insignificante compromisso. Mais lhe disse que em Conselho de Ministros me constava ter sido o governo posto ao corrente de tudo quanto se havia passado. O G.<sup>al</sup> Daniel de Sousa disse-me também que o M.º do Interior teria que sair não por causa de Lisboa, mas sim do Porto onde havia sido cometido o erro de colocar a comandar unidades oficiais declaradamente monárquicos que faziam ao Dr. Pais de Sousa uma guerra tremenda. Informou que o M.º da Guerra lhe dissera não ter recebido rapazes a não ser duas vezes e que só fora para a Liga 28 de Maio a pedido do Sr. Presidente da República. Acrescentou que não via nenhum oficial capaz de ir para a Guerra e a certa altura falou, só proferindo o nome, mas, parece-me, com certo azedume, do Gomes de Sousa por julgar que eu havia sabido por ele das tolas perguntas feitas aos comandantes das unidades de Lisboa. Dei-lhe a minha palavra de honra que não fora por ele que eu soubera. Era a verdade. Quem me informara fora o Mira Mendes<sup>34</sup> e quem informara este fora o Morais Sarmiento<sup>35</sup>.

No fim da conversa perguntei-lhe se era de recear qualquer coisa se o M.º da Guerra não ficasse respondeu-me estar convencido de que nada haveria, como me disse nada temer de Caçadores 5, cujo comandante dispunha da unidade.

Terminou a entrevista com esta pergunta por mim feita: Que temos então que fazer? Nada me respondeu ele. Você nada diz ao Dr. S. e eu não volto à Guerra como pensava. Teria ele cumprido a promessa?

Duvido.

Depois deste veio o Mira Mendes que pouco se demorou. Vinha pedir – como já o havia feito várias vezes – para eu empregar os meus esforços no sentido da entrada no governo do G.<sup>al</sup> José Vicente de Freitas<sup>36</sup>. Respondi que eu não falava ao M.º em nomes a não ser que ele me interpelasse.

Aos jornalistas entreguei a nota com o n.º 2.

Às 8 horas voltei a casa do M.º onde se achava o Dr. M. de Figueiredo. Pouco me demorei. Li-lhe a nota que havia dado aos jornais mas ele parece que desejaria outra coisa segundo depreendi. Ficou de me falar ainda nessa noite sobre a sua modificação. Pelas 10½ da noite falou-me pelo telefone e disse-me para eu voltar a ler o que havia escrito. Achou bem e que não era preciso modificar. Informou-me que o Dr. M. de Figueiredo não havia aceitado e que se achava na verdade de um extremismo feroz. Que no dia seguinte conversaríamos.

2-VII-932

Chegado a casa do M.<sup>o</sup> estava este conversando com o M.<sup>o</sup> do Interior. Percebi logo que havia resolvido que o Dr. M. de Sousa não fizesse parte do novo gabinete, pois que o Dr. Mário estava encarregado de chamar a Lisboa o G. Civil de Coimbra<sup>37</sup>. Generalizou-se a conversa e então vi que me não tinha enganado. Seria convidado o G. de Coimbra apesar de ter contra si os irrequietos e o Q. de J. Minutos depois chegava uma carta deste em que se dizia ao M.<sup>o</sup> que o Dr. Albino dos Reis ainda era pior do que o Mário. O M.<sup>o</sup> do Interior aproveitou a ocasião para aconselhar ao M.<sup>o</sup> não se orientar pelo que dizia o Q. de J. homem que não se percebia bem que intuítos tinha. Disse também que o Dr. Albino dos Reis era um perfeito homem de bem e que devia dar um bom Ministro, que sob certos aspectos era ainda melhor do que ele Mário. Eu fiz também ao Dr. A. dos Reis os elogios merecidos e acrescentei que me parecia ser ele o M.<sup>o</sup> do Interior que o gabinete precisava desde que saia o Dr. M.<sup>o</sup> de Sousa. O Dr. M.<sup>o</sup> de Sousa disse que desejava ir à posse do seu sucessor e que queria dizer umas coisas. Também declarou que tinha que fazer umas certas afirmações a alguns elementos sobre o novo M.<sup>o</sup> do Interior. Fiquei com a impressão de que ele se queria referir ao G.al F. Beirão<sup>38</sup>, Comandante da Guarda, e outros.

O Dr. Mário de Sousa tem-se mostrado um perfeito homem de bem, sério, seguro e apumado. Que pena que as circunstâncias políticas obriguem o Dr. S. a prescindir de tão amiga e leal cooperação! Mas saindo o da Guerra parece que não podia ficar o do Interior. Ainda com o Dr. Mário na sala telefonei para o Secretário Geral dos Estrangeiros<sup>39</sup> para que este telefonasse ao Dr. César Mendes convidando-o a sobraçar a pasta dos Estrangeiros. Saiu o Dr. Mário depois disto e então eu soube pelo M.<sup>o</sup> do estado de espírito do Dr. Mário de Figueiredo. Tinha este declarado que por certos compromissos tomados com o Centro Católico ele não podia aceitar a pasta, mas nem o M.<sup>o</sup> nem eu nos convencemos de que tal fosse o motivo da recusa. Informou-me o Dr. S. que ele Mário estava de um radicalismo direitista estonteador. Que entendia que o Dr. S. devia formar um governo retintamente direitista, feroz, intransigente, caceteiro, pois só havia neste momento que olhar à questão política dando muita pancada etc. Não sei se este lente de direito também desejaria à mistura com a pancada alguns fuzilamentos!!!

O M.<sup>o</sup> perguntou-lhe quem eram os homens que formariam um Ministério em tais condições ao que ele não soube ou não quis responder.

Também o Mário de F. disse ao M.<sup>o</sup> que devia organizar um Ministério de tesos ainda que tivesse que cair dias depois!

Como comentário a tudo isto eu disse ao Dr. S. que o Dr. Mário de Figueiredo, como o Q. de J. que defendia a mesma orientação e iguais processos, estavam fora do seu tempo, que desconheciam completamente o país em que viviam e o estado de espírito da grande massa dos portugueses. Que o país não queria mais lutas, que o Dr. S. tinha um nome nacional e que Portugal inteiro esperava um governo de paz e nele M.<sup>o</sup> confiava. Que entre ele formar um governo como esses

amigos lhe aconselhavam e ir para St.<sup>a</sup> Comba eu entendia que o segundo caminho seria o melhor.

Felizmente que o M.<sup>o</sup> é um homem sensato e digno, incapaz de traições, nada já podendo influir no seu espírito equilibrado nem as loucuras de um velho como o Q. de J. nem os arrebatamentos históricos de um novo como o M. de F.

Creio bem que as minhas palavras ditas em 4 anos, dia a dia, hora a hora e a confiança que sei ele deposita na minha pessoa e o respeito que tem pelo meu carácter bastante terão contribuído para o estado de espírito em que se encontra. Nem eu republicano moderado, mas sempre e estruturalmente republicano, podia acompanhá-lo se ele não fosse como é incapaz de uma obra de traição à República. Pode ele não ser um republicano, mas é um patriota, um grande carácter, um homem de forte inteligência e de nobres intenções.

Soube que o Mesquita Guimarães havia lembrado mais nomes para M.<sup>o</sup> da Marinha e que o Raul Esteves desejava falar a respeito do futuro M.<sup>o</sup> da Guerra. O Ministro foi a Belém às 3 da tarde pôr o Presidente ao corrente dos seus trabalhos de organização do gabinete e ao mesmo tempo pedir-lhe indicações para preencher as pastas da Guerra e da Marinha.

À tarde apareceu-me no gabinete o G.<sup>al</sup> Amílcar Mota<sup>40</sup> que vinha lembrar o nome do G. de Sousa. Respondi-lhe que também eu desejava que fosse esse o novo M.<sup>o</sup> da Guerra não por ser ele meu amigo, mas muito principalmente por ter a certeza de que dava um óptimo Ministro. Mais lhe disse que não podia voltar a falar no seu nome, mas que fosse ao Presidente da República falar no caso. Ficou nisso, mas não sei o que fez.

Ainda em casa do M.<sup>o</sup> telefonei para casa do Dr. M.<sup>el</sup> Rodrigues e pedi à esposa para dizer ao marido para ir a casa do S. Esta respondeu-me que o avisaria logo que chegasse, mas foi-me dizendo “Ó Sr. Leal Marques olhe que leva uma sova...”. Coitada logo desconfiou que lhe pretendiam levar o marido para a fogueira... ministerial...

Pelas 6 horas foi ao gabinete o Capitão Neto<sup>41</sup>, homem que não costumava falar comigo em políticas, e pediu-me uns minutos.

Disse-me que era precisa muita cautela com a organização do gabinete. Que constava que dele fariam parte certos nomes que não cairiam bem. Atirou-se ao M.<sup>o</sup> do Interior, como sempre, e disse que seria bom que o M.<sup>o</sup> da Guerra ficasse ainda algum tempo. Que era certo não ter ele cabeça e ter tomado com eles compromissos que não tinha cumprido, mas que a ele se devia o ter sido possível uma certa preparação e ainda o que se acabava de passar – a crise – pois que tudo havia sido preparado por ele e Schiapa<sup>42</sup>, talvez mais por este último que ele Neto considerava o principal obreiro da trama urdida.

Respondi que não sabia nada quanto a nomes para o Ministério, que não estava na disposição de falar ao M.<sup>o</sup> em ministeriáveis e que portanto não podia satisfazer os seus desejos. Garanti-lhe que o M.<sup>o</sup> tinha pela gente nova a melhor consideração, que não desejava nem persegui-los nem vexá-los. Que estava certo de que o Dr. S. pretendia organizar um gabinete que fosse bem aceite pela maioria do país, por essa grande massa que não pertence nem a partidos, nem a grupos,

mas que deseje paz, ordem e trabalho. Que podiam estar confiantes, pois o Dr. S. era homem de grandes merecimentos e virtudes e que portanto levaria a bom porto a barca da política. Que o novo governo certamente iria fazer uma política que levasse à organização da grande força que tornaria possível a aceitação pelo país de muitos dos grandes princípios enunciados no discurso da Sala do Risco e que o facto da Constituição não estar de perfeita harmonia com aqueles princípios só queria dizer que era mais difícil alinhar um corpo de doutrina que dar-lhe execução.

Que tínhamos que ajustar os princípios ao meio ambiente e às realidades e que não era por meio de decretos que se modificava[m] a maneira de ser de um povo, a ideologia das massas e a psicologia dos portugueses.

À noite quando cheguei a casa do M.<sup>o</sup> estava o Dr. M.<sup>el</sup> Rodrigues que aceitou a pasta da Justiça.

Às 10 da noite informei os jornalistas de que seria possível dar-lhes no dia seguinte à tarde a lista dos novos ministros.

3-VII-932

Quando às 11½ da manhã cheguei a casa do M.<sup>o</sup> já lá estava o G. Civil de Coimbra, indigitado M.<sup>o</sup> do Interior. Fui para a casa de jantar onde pouco depois se foi encontrar comigo o M.<sup>o</sup> do Interior [Mário Pais de Sousa]. Disse-me este que se ia embora contente e que seria o mesmo amigo que sempre tinha sido do Dr. S.

Que muitas pessoas não compreendiam que ele não fizesse parte do novo Ministério, mas que atendendo a necessidade de substituir o M.<sup>o</sup> da Guerra ele M.<sup>o</sup> de Sousa também julgava ser a substituição dos dois o único caminho direito. Afirmou-me que não pedia nada, mas que desejaria um lugar em Lisboa que lhe garantisse uma base de 2 contos mensais pois o resto tiraria ele da advocacia. Que tinha dois filhos a educar e por isso não desgostaria de fixar residência aqui. No decorrer da conversa informou-me de que o Dr. S. tinha por mim a mais alta consideração e que muito me apreciava sob vários aspectos. Que há dias em um passeio nocturno tinha vindo a falar da minha pessoa, do meu carácter e dos meus serviços durante bastante tempo. Que nessa ocasião lhe dissera das suas preocupações sobre o meu estado de saúde; e que lhe havia afirmado que se eu caísse não sabia como resolver a situação.

Depois apareceu o Duarte Pacheco que vinha lembrar nomes para a Guerra: o Bilstein de Meneses<sup>43</sup>, o Ferreira Martins<sup>44</sup>, o Vaz Velho da Palma e o Amadeu dos Santos<sup>45</sup>. Disse-lhe que os dois primeiros não aceitaria o M.<sup>o</sup> que no terceiro também eu pensava para a Chefia do Gabinete da Presidência e que não conhecia o último. Depois da entrevista com o Dr. Albino dos Reis que também aceitara a pasta do Interior, o M.<sup>o</sup> veio ter connosco e fez uma exposição sobre o seu pensamento político que bastante nos agradou.

Como chamassem ao telefone fui atender: era o Raul Esteves que vinha dizer que estava com o Major Abranches, indicado para a Guerra, e que pretendiam ser recebidos pelo Dr. S. Que o Abranches estava renitente, mas que era conveniente que o M.º o ouvisse. Ficou resolvido que fossem às 4 da tarde à R. do Funchal. Pretendi comunicar com um secretário dos M.º dos Estrangeiros para que este lhe enviasse um telegrama anunciando para 3.ª feira a constituição do novo gabinete. Depois disto saí com o Duarte Pacheco e que vinha absolutamente amarfanhado por ter ficado sabendo que continuava o mesmo M.º da Instrução. Entendia que o Dr. S. podia pôr na Instrução alguém das mesmas ideias políticas e pedagógicas, mas nunca o Gustavo Ramos que estava indisposto ou antes tinha a antipatia da maior parte dos professores e que estava rodeado de um pessoal de gabinete desgraçado. Respondi-lhe que nem tudo podia fazer-se à medida dos nossos desejos e que agora não devia ele levantar dificuldades.

Deixei-o próximo do Técnico e vim para casa. Quando cheguei fui informado do grande número de pessoas que havia telefonado, entre as quais o Capitão Neto.

Recomeçou o tramela do telefone que foi uma coisa de enervar. Não me deixaram quieto 10 minutos.

Falou o Águedo na agitação que parece havia entre os Carrascos<sup>46</sup> – assim disse ele – por causa da pretensa vinda do G. de Sousa e do Albino dos Reis. Que seria melhor a solução do Neto: – ficar o Mateus por algum tempo. Respondi que não ficando o M.º do Interior me parecia isso uma coisa bem feia e que nesse caso o melhor seria mergulharmos no Tejo... Concordou. Um pouco depois telefonou-me o G.<sup>al</sup> A. Mota dizendo-me uma vez mais que para a Guerra só via um homem à altura: o G. de Sousa. Respondi-lhe que o melhor era dizer isso ao Presidente da República.

Uma meia hora depois voltava a telefonar-me para informar que tinha falado ao Presidente e que este também achava muito bem a vinda do G. de Sousa, mas lhe havia perguntado se ele seria bem recebido, ao que ele respondeu que o não seria pelos “meninos” mas que estes tinham que ser postos na ordem sob pena de tudo se perder. O Presidente dissera – segundo o Mota – que anuía [?], mas que havia que ter certo cuidado pelo melindre da situação. Que ele contudo tomaria nota.

Depois tive pelo telefone larga conversa com o Ramires que me dava conta da excitação pela tão problemática vinda do G. de Sousa. A este disse quem era o Brigadeiro de Coimbra, quanto a situação, a ordem e a disciplina lucrariam com a entrega da pasta da Guerra a tão distinto militar, mas que não via qualquer possibilidade de tal acontecer.

Mais tarde falou-me o Simões Neves<sup>47</sup> dando conta das muitas conversas telefônicas que com ele havia tido o Q. de J. todas tocavam a mesma tecla: Ninguém de Coimbra, Mateus sempre Mateus, receio de grandes complicações e do fracasso Salazar. A estafada ária da influência da malfadada gente de Coimbra Mário de Sousa, Bissaia<sup>48</sup> e talvez eu – ele não mo disse mas adivinho-o – e estou certo de que se queria referir ao próprio Simões Neves. Durante a noite telefo-

naram várias pessoas entre as quais jornalistas a quem eu disse que o M.º não ficara constituído hoje por o M.º ter que conferenciar com uma individualidade com quem, por ser domingo, não teria podido avistar-se.

Às 11½ telefonou do Porto a pedir notícias o Domingos de Sá<sup>49</sup> e depois da 1 hora falou o Lobo da Costa<sup>50</sup> que desejava saber se o Brigadeiro G. de Sousa seria o novo M.º da Guerra. Respondi-lhe que infelizmente não seria e fiz-lhe a seguinte pergunta: Conhece o homem? Ao que ele me respondeu: Conheço e tenho dele boa impressão. Porém isto foi dito em tom tal que bem me pareceu que ele e porventura quem estava ao lado não desejariam que fosse para a Guerra um homem das qualidades do Gomes de Sousa.

4-VII-932

Ainda eu estava na cama já o Simões Neves me telefonava dando conta do primeiro telefonema do Q. de J. Este homem que lhe dizia estar constantemente em comunicação com o Raul Esteves vinha mais uma vez chorar a desgraça do Dr. S. e também uma vez mais atirar-se aos leprosos de Coimbra em cujo número certamente me inclui.

Que isto ia ser uma coisa desgraçada, mas que talvez o não fosse se para a Guerra fosse o Piçarra<sup>51</sup>. A isto respondeu o Simões Neves que o Piçarra era monárquico o que ele Q. declarou ignorar mas o que eu não acredito. Lastimou-se de não ser consultado para a escolha de Ministros, ele que sempre o havia sido, e ameaçou de não querer saber mais de política. A ser assim seria o melhor serviço que ele podia prestar ao Dr. S.

Segundo o M.º muitos e valiosos serviços lhe tem ele prestado, mas quanto a mim nenhum mais alto que deixá-lo em paz. Este Q. de J. é um homem superiormente inteligente e culto, mas é um céptico, sem rota segura, anda à deriva na vida política e tudo indica que só procura ter a paga dos serviços que presta e dos que finge prestar.

Às 11½ da manhã fui para casa do M.º que já encontrei vestido para sair. Havia sabido de pretensas imposições da tropa e desejava ir saber do Governador Militar de Lisboa o que houve. Telefonei para o Governo Militar e para casa do Governador que não estava. Lembrei-me de que estivesse na Guerra e assim era. Pedi que o chamassem ao telefone e disse-lhe que o M.º pretendia ir falar-lhe às Necessidades. Disse-me que vinha ele a casa do Dr. S. mas eu respondi-lhe que o M.º desejava ir ao Governo Militar. Que estava bem e que ia imediatamente para lá. Antes de nos metermos no automóvel ligámos para Belém a pedir para o Presidente da República ali ir pelas 3 horas. Marchamos para o Governo Militar. O General Daniel de Sousa já ali se encontrava quando chegamos e logo começou a conferência que durou mais de uma hora. O Governador contou ao M.º tudo quanto se tinha passado com as consultas as quais haviam partido de uma base falsa, pois ele Governador tinha percebido mal o que lhe havia dito o Raul Esteves e julgava que o Dr. S. teria tomado o compromisso de ficar com o Mateus, o que

não era verdadeiro. Que havia, é certo, uns elementos inquietos quase exclusivamente localizados em Caçadores 5, mas que isso não tinha importância e que tudo havia de correr bem. Que era conveniente o Dr. S. falar com o M.º da Guerra.

Dirigimo-nos ao M.º da Guerra onde o M.º esteve quase uma hora com o Mateus. Este disse que tinha sido sempre um homem leal, que a guarnição do Porto o desejava, que bem podia ter provocado telegramas de várias regiões e unidades pedindo a sua continuação, que havia dito coisas desagradáveis do Dr. S. por lhe terem ido dizer que ele fazia certas afirmações etc. Que se todas as guarnições o quisessem então o caso era sério. O M.º respondeu que tinha pelos seus serviços e pela sua lealdade e dedicação o merecido apreço, mas que desde que em redor das pastas do Interior e da Guerra se tinha feito toda a agitação a que se estava referindo que ele entendia ser preciso desanuviar o ambiente para que o novo governo tivesse o caminho livre. Por este motivo ele não podia fazer transitar para o novo gabinete nem o Dr. Pais de Sousa nem a ele Mateus. Saímos e fomos almoçar. Ao almoço esteve também o Dr. J. António Marques que ficou ao corrente do pensamento do Q. de J.

O Dr. Marques disse ao M.º que o afastamento de Q. só lhe podia ser útil. Que Q. desejava um Ministério dos meninos para os tutelar e receber deles a paga larga dos seus desinteressados serviços.

Acabado o almoço metemo-nos no automóvel. O M.º deixou-me no Ministério e seguiu para Belém.

Quando entrei no gabinete disseram-se que entrasse no gabinete do M.º pois me esperava uma surpresa: era que estava ali o tenente Assis<sup>52</sup>, secretário do M.º que havia chegado na véspera. Com ele estava o Dr. Águedo e o Simões Neves. Apenas entrei o Assis disse-me que havia estado no gabinete a procurar-me o Major Franco<sup>53</sup>, Comandante da G. Republicana no Porto, que me tinha ido procurar para me dizer que era absolutamente falso que a guarnição do Porto fizesse imposições. Que, tendo constado ali que os rapazes em Lisboa garantiam que o Porto se havia imposto ele resolvera vir à Capital para que o Dr. S. tivesse conhecimento de que isso não era verdadeiro. Que nem os comandantes de unidades sequer tinham sido ouvidos. Que a tropa do Porto confiava no Dr. S. e no governo que ele fizesse.

O Assis acrescentou que tinha estado na véspera no Porto e que não houve ali excitação. Que ali um dos mais exaltados elementos nacionalistas, passe o termo, o Dr. Cardia<sup>54</sup>, lhe dissera que tinham absoluta confiança no chefe, Dr. Salazar, e que isso era tudo.

Em vista do que ouvira resolvi ir a Belém pôr o M.º ao corrente do que se passava. Quando cheguei ao Palácio estava o M.º com o Presidente. Mandei avisá-lo de que precisava fazer-lhe uma comunicação urgente.

Ele veio imediatamente.

Fomos para uma sala os dois e ali lhe repeti, sem alterar uma vírgula, o que tinha sabido.

Disse-me o M.º que o Presidente estava incomodado com o que lhe tinham ido dizer pois era tudo bem diferente das informações que eu lhe transmitia. Que apesar de tudo o Presidente da República continuava sereno e firme. Que não

aceitava imposições de nenhuma ordem e que lhe havia dito que se ele S. declinasse ele Presidente renunciaria. O Dr. S. voltou para junto do Presidente e eu fui conversar com o jornalista Almeida<sup>55</sup> a pedido deste. Pouco depois voltei ao gabinete do Athias<sup>56</sup> que me disse ia ser chamado o General Lacerda Machado<sup>57</sup>, finalmente para a pasta da Guerra.

De Belém viemos para o Gabinete das Finanças onde o M.<sup>o</sup> esteve bastante tempo à espera de uma resposta do C.<sup>te</sup> Mesquita Guimarães que tinha sido encarregado de arranjar um M.<sup>o</sup> para a Marinha. Ali recebeu o M.<sup>o</sup> o Brigadeiro Canto que convidou para M.<sup>o</sup> da Guerra, convite que não foi aceite. Ao gabinete foram vários dos indigitados ministros todos desejando que a crise tivesse rápida solução.

Às 8 horas fomos jantar tendo-me dito o M.<sup>o</sup> para voltar a casa dele. Pouco depois de chegar a minha casa falou-me o Duarte Pacheco dizendo que ia a casa do Dr. S. pois entendia que a crise não se podia arrastar mais e que devia ser solucionada naquela noite. Também o M.<sup>o</sup> do Interior me informou de que ia a casa do M.<sup>o</sup>

Seriam umas 10 horas da noite quando de novo me dirigi a casa do Dr. S. Estava ele em conversa com o Raul Esteves a quem deu conta das dificuldades no preenchimento da pasta da Guerra. O M.<sup>o</sup> estava muito aborrecido e quase na disposição de se desligar da incumbência de formar gabinete.

Pouco depois chegou o Duarte Pacheco que instava com o M.<sup>o</sup> para naquela noite tomar uma resolução: ou formar gabinete ou declinar. Segundo o Duarte Pacheco ele podia formar o M.<sup>o</sup> da Defesa Nacional e fazer-se M.<sup>o</sup> de tal pasta. O M.<sup>o</sup> não concordava por achar ainda cedo para um tal caminho.

Seriam umas 11 horas quando chegou o Brigadeiro Lacerda Machado que deixou ao M.<sup>o</sup> a impressão de homem distinto, mas militar sem a energia precisa para o momento. O Lacerda Machado, com os ouvidos cheios de boatos e falsidades[,] informou do que se passava na sua região. Que o novo governo ia ser formado com inimigos da Situação, que o Dr. Bissaia ia tomar conta de uma pasta, que se pretendia entregar tudo aos partidos, que os rapazes estavam constantemente a telefonar para Tomar dizendo estas coisas. O M.<sup>o</sup> disse-lhe claramente o que se passava, quanto de fantasia havia em tudo que ele lhe relatava. Mais disse que gostava de saber que diferença havia em um Ministro ver um Ministério cair lançado por terra por dois tenentes ou pelo Pintor e o Ai-ó-Linda<sup>58</sup>. O General respondeu que não havia nenhuma<sup>59</sup>. O Lacerda Machado saiu e o M.<sup>o</sup> veio para junto de nós. Estávamos então: Dr. Mário de Sousa, Dr. Albino dos Reis, Engenheiro Duarte Pacheco e eu. O Duarte Pacheco era de opinião que o Dr. S. devia formar Ministério naquela noite ou declinar. Que o seu prestígio perante a Nação ficava diminuído se ainda se esperasse para o dia seguinte. Como o Lacerda Machado dissesse que a guarnição de Tomar desejaria que o C.<sup>el</sup> Mateus continuasse na Guerra – quanto a mim o Mateus tinha preparado vergonhosamente tudo isto – o M.<sup>o</sup> falou com o Presidente da República pelo telefone a quem pôs ao corrente das informações do Lacerda Machado. Que não o havia convidado para a Guerra por não lhe ter reconhecido predicados e que não tendo sido possível arranjar quem se prestasse a ser M.<sup>o</sup> daquela pasta, que

iria ele Dr. S. para lá interinamente se arranjasse M.º da Marinha. O Presidente da República teria dito que então iria a Belém no dia seguinte para reverem o problema. Quando o Dr. S. nos disse isto ficámos com a impressão de que o Presidente que se tinha sempre mostrado homem forte e digno, estaria um tanto abalado na sua firmeza, possivelmente por insinuações ou veladas imposições de alguém da tropa.

Nesta altura telefonou o C.<sup>te</sup> Mesquita Guimarães, que havia ido a Paço d'Arcos tratar de conseguir que o C.<sup>te</sup> Possante<sup>60</sup> aceitasse a pasta da Marinha, telefonava dizendo que aquele não queria de forma alguma fazer o sacrificio e que, portanto, pusessem o nome dele. O Dr. S. não desejava de forma alguma fazer ao M. Guimarães a violência de o mandar para a Marinha, visto que isto representava para ele a perda do lugar de Governador do Banco de Angola e ainda possivelmente o corte da sua carreira militar, pois que ele dizia que ao deixar a pasta só lhe restaria ir para a reserva. Insistia o Duarte Pacheco para que se colocasse na Marinha o C.<sup>te</sup> Guimarães, pois de forma alguma o governo podia deixar de ficar constituído nessa noite. Resolveu-se o Dr. S. a fazer ministro o C.<sup>te</sup> e então eu disse que me parecia conveniente que ele voltasse a falar ao Presidente da República para se ter a certeza do seu estado de espirito. Assim se fez. O Dr. S. voltou dizendo que o Presidente estava de acordo que ele fosse interinamente para a Guerra e que não havia motivo para as nossas apreensões de há pouco pois ele, Presidente, se mostrava um homem à altura e de deliberada intenção de lhe dar toda a força. Era 1 e ¼ da manhã. O Dr. S. agarrou num bloco para apontamentos e disse: então vamos lá a isto Sr. Leal Marques. E passamos a escrever a lista dos novos ministros que eu momentos depois lia ao C.<sup>te</sup> Athias para serem lavrados os decretos. Em outro papel faríamos igual lista com a indicação dos cargos exercidos antes pelos titulares das diferentes pastas e eu chamava acto contínuo os jornalistas para lhes comunicar o elenco ministerial. Voltei à sala onde então só estava o M.º e o Duarte Pacheco visto que já há mais de 1 hora tinham saído os Drs. M.º de Sousa e Albino dos Reis. Trocámos impressões sobre o que havia a fazer no dia seguinte e saímos eu e o novo M.º do Comércio<sup>61</sup>. Fui deixar este em casa e, seguidamente, dirigi-me à minha residência para ver se gozava um pouco de repouso, que bem havia merecido. Deitei-me às 2 e 20 minutos, mas passada uma meia hora era chamado ao telefone pelo Duarte Pacheco, que me vinha perguntar onde moravam o Dr. Albino dos Reis e o Ramires, pois do “Diário de Notícias” lhe pediam os retratos destes futuros ministros e ele não sabia onde encontrá-los. Respondi que também não sabia do seu paradeiro. Assim terminou o dia 4 ou antes terminaram os trabalhos que em 4 haviam recomeçado.

5-VII-932

Levantei-me cedo, pois não podia dormir. Pelas 9 e ½ da manhã, estava a escrever o meu diário, retinie a campainha do telefone. Era o Simões Neves a quem já o Q. de J. havia telefonado para lhe dizer que, como ele esperava, tudo ia o pior possível.

Que o Dr. S. havia errado e que o melhor seria organizar-se um M.<sup>o</sup> presidido pelo General Domingos de Oliveira<sup>62</sup>. Este homem – o Q. – era quem mais tinha mexido para que caísse o Domingos de Oliveira. Que o Presidente da República pediria ao Dr. S. em nome da salvação nacional para que continuasse gerindo os negócios das finanças. Que havia uma grande excitação na tropa e que o Mateus estava na Guerra em permanentes conferências. Pedia ao Simões Neves para ajudar à nova cabala. O Simões Neves respondeu que me ia pôr ao corrente do que se passava, mas que lhe parecia que ele não estava a ver bem a situação. Q. cortou a conversa por forma tal que o S. Neves ficou magoado. Passados poucos minutos telefonava-me Q. Era a primeira vez que o fazia depois da abertura da crise. Estou certo de que este homem não gosta de mim por saber bem que me não presto às suas explorações e que nunca fui pessoa que ele manejasse. Também julgo que ele me atribui qualquer influência no espírito do M.<sup>o</sup> não no sentido de procurar arrastá-lo para este ou para aquele caminho, mas sim – e creio é certo – no sentido de contrariar a influência nefasta dos vários Quirinos e de lhe apontar qual a estrada que a consciência nacional entende deve ser trilhada. Sem ódios nem paixões, sem vaidades nem interesses a satisfazer nunca deixarei de pôr o Dr. S. ao corrente do que a grande massa da Nação deseja que não é nem pode ser o que pretendem os corrilhos, os grupos e alguns franco-atiradores que não revêem a Nação mas se revêem a eles.

Disse-me Q. que tinha necessidade de comunicar urgentemente ao Dr. S. o que se estava passando, que o Mateus estava reunido no M.<sup>o</sup> da Guerra com todos os comandantes das unidades de Lisboa e que lhe haviam pedido para ele conseguir que o Dr. S. recebesse 3 desses comandantes que em nome de todos lhe desejavam falar. Respondi que só às 11 e ½ iria para casa do Dr. S. e que portanto o melhor seria ele procurar por intermédio do M.<sup>o</sup> do Interior que de casa do Dr. S. lhe telefonassem. Vi bem que Q. não desejava ligar para casa do Dr. M.<sup>o</sup> de Sousa com quem não mais tinha telefonado – ele que antes o estava sempre a fazer – depois que o M.<sup>o</sup> havia caído.

Como na véspera se tinha combinado, às 11 e ½ fui para casa do Dr. S. Apenas cheguei vi que se encontravam ali os três comissionados. Pouco se demoraram. O Dr. S., a quem nem tinham dado tempo para fazer a toilette, acompanhou-os até à porta e depois veio ao meu encontro. Disse-me que acabavam de sair o C.<sup>te</sup> Raul Esteves, o Major Luís Alberto de Oliveira<sup>63</sup> e o Major Franco<sup>64</sup>. Que estes oficiais o procuraram para lhe dizer que sem que isso representasse uma imposição, pois não lhe fariam imposições, que isso ficasse bem assente, eles vinham indicar o nome do G.<sup>al</sup> Daniel de Sousa para M.<sup>o</sup> da Guerra. O M.<sup>o</sup> respondeu que agradecia a indicação, pois bem desejava ele que algum militar de prestígio aceitasse a pasta que ele só dirigiria interinamente. Que não tinha ele dúvida em receber indicações quanto a individualidade a colocar na Guerra e que se eles lhe fossem indicar o C.<sup>el</sup> Mateus ele também levaria essa indicação ao Sr. Presidente da República, acrescentando que em tal hipótese não seria ele o Presidente do Ministério. Ficámos aguardando a resolução do Daniel de Sousa.

O Dr. S. foi tomar o pequeno-almoço ao qual assistimos eu e o Dr. Mário de Sousa que deu conta da conversa que às 4 da manhã havia tido com o Mateus. Este entre várias lamúrias por deixar a pasta disse-lhe que já começavam a fazer justiça ao Dr. M.º de Sousa e que bem podia ele continuar no Interior. Vê-se bem. Continuando o M.º de Sousa no Interior continuava ele na Guerra.

O Mateus estava agarrado à pasta como a lapa à rocha e para se aguentar fez tudo quanto era possível fazer não tendo dúvida em levar ao máximo a indisciplina, pois não posso considerar de outra maneira o facto de ele, Ministro demissionário, receber no seu gabinete oficiais de baixa patente, de consentir que um seu ajudante armasse em chefe de grupo protestante, de não pôr cobro a que os seus ajudantes tomassem parte nas dissolventes reuniões do Martinho e até a ser ele próprio que na manhã de 5 ouvia os Comandantes das unidades de Lisboa sobre a situação política. Este último facto foi-me contado pelo Dr. Sousa Gomes<sup>65</sup> que o sabia pelo irmão, comandante de um grupo de Artilharia. Também o T.º Assis informou o Dr. S. que um oficial da intimidade do gabinete do Mateus lhe havia dito que havia estado com ele Mateus quase a noite inteira e que apesar de ele o ter em pouca conta nunca julgou que ele fosse tão nulo como se havia mostrado durante aquela noite.

Depois do pequeno-almoço do M.º saiu o Dr. Mário de Sousa e o Dr. S. e eu fomos tratar do discurso a fazer no acto da posse. Trocamos primeiro umas impressões, depois li ao M.º umas notas que o Q. havia escrito e depois da leitura eu disse que em meu entender ele M.º não podia fazer um discurso daqueles pois mais parecia um discurso da Coroa ou uma declaração ministerial à antiga, largo repositório de promessas irrealizáveis, do que aquilo que o País esperava dele, Dr. S. O M.º disse também que era uma coisa inaproveitável, podendo somente servir, em parte, de base para uma entrevista. Começamos o trabalho do discurso: o Dr. S. ditava e eu escrevia; aqui e ali trocando impressões e assentando nesta e naquela forma de dizer, neste e naquele ponto a tocar. Saiu uma coisa forte, elevada e digna como de resto todas as produções do Dr. S.

Acabado o discurso fomos almoçar e terminada a refeição estávamos trocando palavras sobre o programa de trabalhos do dia quando a Maria (governanta do M.º) veio dizer que estava na escada o Dr. Carlos Tavares<sup>66</sup>. Fui recebê-lo no corredor exterior que dá para o quintal.

Após os cumprimentos o Carlos Tavares disse: Que vinha ali apresentar-se, como sempre em ocasiões difíceis, para qualquer frete. Que era possível que o Dr. S. o quisesse encarregar de qualquer missão.

Seguidamente perguntou-me para onde ia o Dr. S. Ao que eu serenamente e fazendo-me ingénuo, respondi: não percebo. Para onde vai o Dr. S.? Disse o Tavares: sim, para que quartel deseja ele ir... Eu no mesmo tom de serenidade: para que quartel?! Vai dentro de 2 horas para Belém e depois tomar posse na Sala do Conselho de Estado. Ao que o Tavares ripostou: Para Belém ora essa, a zaragata está na rua e não consentem que o Dr. Salazar tome posse.

A isto respondi: se materialmente impedirem a posse o Dr. S. vai para Santa Comba; o Presidente da República renuncia e eu e o Dr. podemos fazer as malas.

O homem então começou a dizer que bem podia o M.<sup>o</sup> fazer um outro Ministério, com rapazes novos e bons – estes eram maus – que podia pôr na Justiça o irmão do Guilherme Moreira<sup>67</sup> e não disse mais nomes. Este Carlos Tavares não pode ver o Dr. M.<sup>el</sup> Rodrigues e tinha feito tudo para ver se este não era Ministro. Na véspera tinha conseguido que o Ramires me telefonasse lembrando o Dr. Domingos Moreira. Vi logo quem estava por trás do Ramires, era, como não podia deixar de ser, o C. Tavares.

Como eu lhe dissesse que o Dr. S. havia feito o Governo que mais convinha – segundo o seu modo de ver – aos interesses nacionais, o homem nada respondeu e terminou assim: quando é a posse, a que horas? Respondi: depois das 5 ½ no Ministério do Interior. Ele disse: Bem; lá estarei às 5½. Trocamos os cumprimentos de despedida. Dei conta ao M.<sup>o</sup> da conversa e este respondeu: Ora o Carlinhos... e mais não fazem nada Sr. Leal Marques, há posse e há tudo. Assentámos em que lhe mandaria o automóvel às 4 ½ e fui para o Ministério.

Começaram a juntar-se no gabinete muitas pessoas e quando fui para o Interior para assistir à posse era seguido por vários amigos entre os quais os meus inspectores: Barata Lima<sup>68</sup>, Spínola<sup>69</sup> e Calixto Mendes<sup>70</sup>, Chefe da Secretaria Pita<sup>71</sup>, Afonso Lucas<sup>72</sup>, secretário do Ministério Teixeira<sup>73</sup>, secretário do Subsecretário, Duarte Silva<sup>74</sup> etc.

Quando cheguei à arcada do Interior, junto ao portão do Ministério, lá estava[m] o Carlos Tavares e o João do Amaral<sup>75</sup>, ambos de preto, luto pesado pelo Rei<sup>76</sup> e pelo Ministério...

No gabinete do Interior estava bastante gente e de cada vez chegava mais. A certa altura entrou o Presidente do M.<sup>o</sup> demissionário que me veio entregar as chaves do gabinete da Presidência. Aproveitei a ocasião para lhe testemunhar toda a minha simpatia e apreço pelas suas excelentes qualidades fi-lo em termos tais que ele estava comovido.

Disse-me palavras amáveis. Depois troquei três palavras com os ajudantes Capitão Chaby<sup>77</sup> e tenente Helder Martins<sup>78</sup>, dois bons rapazes e distintos e disciplinados militares. Acercou-se de mim o General Vicente de Freitas que fez os seus cumprimentos nos termos amistosos de sempre.

Chegou o Dr. Salazar e minutos depois quase todo o novo Ministério. Aguardava-se a chegada do Mesquita Guimarães, que não se fez esperar. Fomos para a Sala do Conselho de Estado que estava repleta.

Os jornais disseram o que se passou. Terminada a posse o Dr. S. veio para o gabinete do M.<sup>o</sup> do Interior onde recebeu os cumprimentos de muita gente. A multidão no gabinete era tal que foi preciso que ele saísse pelo lado da Secretaria-Geral para se furtar aos intermináveis cumprimentos. Seguimos para o M.<sup>o</sup> das Finanças e dali para casa.

Tudo correu no melhor dos mundos... Nem revolução, nem a zaragata do C. Tavares e a posse foi serena e confiante. O público manifestou-se com aplausos em várias passagens do discurso que fez a mais funda impressão.

Assim terminou o dia 5 de Julho.

6-VII-932

Logo de manhã telefonou-me o Duarte Pacheco que desejava ser recebido pelo P. para tratar de assuntos da sua pasta. Apenas cheguei a casa do M.º disse-lhe dos desejos de Duarte Pacheco e ele imediatamente disse que o melhor era recebê-lo imediatamente.

Isto lhe disse pelo telefone.

Minutos depois chegava o novo M.º do Comércio que vinha combinar definitivamente com o P. quais os serviços que deviam ficar constituindo o seu Ministério<sup>79</sup>. Arrumado este ponto o Pacheco disse que desejava pedir ao Dr. S. duas coisas: 1.ª Que quando aparecessem as inevitáveis intrigas ele, Dr. S., lhe dissesse logo o que havia para não deixar avolumar qualquer infâmia. 2.ª Que quando ele Dr. S. entendesse que a política dele P. [Pacheco] prejudicava a boa marcha do Governo lho dissesse com franqueza pois que ele se iria embora contente e sem quebra das relações de amizade. Bem sabia ele Dr. S. quanto ele desejava voltar para o seu Instituto.

Depois de mais de uma hora de conferência em que o Pacheco mostrou bem os seus conhecimentos técnicos, o seu bom senso e notável prudência saiu o M.º do Comércio<sup>80</sup>. Fomos assentar nos dizeres de um telegrama para o Dr. A. Monteiro pedindo-lhe que apressasse o seu regresso e nas disposições de um decreto que o dispensasse do compromisso de honra e da posse.

Também ficou resolvido que eu falasse para os Estrangeiros no sentido de comunicarem ao César Mendes que o P. desejava a sua vinda rápida.

Fomos almoçar. Ao almoço assistiu o Dr. Gentil<sup>81</sup> e o Dr. José A. Marques. Um e outro fizeram várias considerações sobre o que se havia passado nos últimos dias, ambos reconhecendo que não era possível continuar vivendo sob a pressão do clubismo. O M.º disse que ou o M.º da Guerra proibia aos meninos a ida ao “Martinho” ou o M.º do Interior fechava o “Martinho” ainda mesmo [?] que o seu proprietário tivesse que ser indemnizado.

O Dr. S. está na disposição de pôr tudo na ordem. Ou os meninos se submetem ou ele os trata como inimigos. É este o seu pensamento.

Fui para o Gabinete. Pouco depois chegou o Dr. José A. Marques que me vinha dizer que o melhor seria o Dr. S. dar posse ao M.º da Guerra em Belém pois pretendiam fazer uma manifestação ao Daniel de Sousa que era como uma bofetada no S. Disse-lhe que em meu entender e houvesse o que houvesse o Dr. S. devia ir à Guerra dar posse. Assim se fez. À hora própria fui para a Guerra com o Dr. Águedo e, um pouco como cão por corda, o Assis. O salão da Guerra estava cheio de oficiais, mas nós fomos para o gabinete do M.º onde pouco depois também entrava o G.<sup>al</sup> Vicente de Freitas. Minutos passados e dava entrada o Dr. S. acompanhado do novo Ministro a quem cumprimentei tratando-o por Ministro ao que ele me respondeu dizendo: “Você não me trate por Ministro, trate-me por General”. Achei graça por já de manhã o Dr. S. também me haver dito quando eu o tratava por Presidente “Ministro entre nós o mesmo tratamento”.

No gabinete do M.<sup>o</sup> da Guerra assinou-se o auto na presença de bastantes generais e dali seguiram Presidente e M.<sup>o</sup> para a sala contígua onde se trocaram os pequenos discursos de que os jornais dão conta.

Não houve a mais pequena manifestação. Saímos em direcção ao M.<sup>o</sup> das Finanças. À saída falámos ao Mateus amigavelmente. Apenas um ajudante do ex-ministro da Guerra, o capitão Corujeira<sup>82</sup>, me falou fero e carrancudo. Se soubesse do estado de alma do homem não lhe tida dado o desgosto de me cumprimentar.

De manhã tinha telefonado ao M.<sup>o</sup> o Q. de J. Conversa rápida em que o M.<sup>o</sup> pôs, e muito bem[,] os seus pontos de vista. O Dr. S. disse-me depois: o Dr. Q. está zangadito, tem outras ideias e talvez reservados pensamentos. Julgo que ele ou nós estamos enganados, mas penso que será ele. Eu respondi somente: também me parece.

O Dr. S. esteve no M.<sup>o</sup> das Finanças tratando com o M.<sup>o</sup> da Agricultura<sup>83</sup> e M.<sup>el</sup> dos Santos<sup>84</sup> do arranjo comercial com a França.

Saímos às 8 horas.

7-VII-932

Começou este dia por uma conversa sobre a conveniência ou inconveniência de fazer gabinete da Presidência, fui de opinião que devia organizar-se, pois desde que o M.<sup>o</sup> não ia à Presidência nem era seu costume assistir a festas[,] havia toda a conveniência em ter quem recebesse e quem o representasse nas cerimónias a que ele certamente fugiria de assistir. O Dr. S. também assim pensava. Quem deveria ser o chefe? Lembrei o Sousa Gomes ou o Simões Neves, mas o M.<sup>o</sup> julgo que já havia escolhido o primeiro, pois me disse que o S. Neves gostava muito de certas relações. Fiquei encarregado de convidar o Sousa Gomes<sup>85</sup> e de lhe dizer que fosse escolhendo um capitão de boa figura e apresentação, homem sério, da situação, mas não dos meninos.

Fez-se depois um telegrama ao Dr. Armindo para que ele tivesse conhecimento de que se havia publicado um decreto dispensando-o do compromisso e da posse. Voltamos à questão política dizendo-me o Ministro que as coisas não iam bem, que ou os meninos vinham até nós, educados e disciplinados[,] ou teria que haver pancada. Então se veria quem tinha força.

Disse-me o Dr. S. que iria receber o Dr. Q. com quem falaria sobre a exposição a fazer ao País. Que Q. estava numa orientação inteiramente diferente da dele e que naturalmente nada resultaria da conversa. Fomos almoçar. Depois do almoço fui para o M.<sup>o</sup> onde apareceu o Dr. José A. Marques que me disse irem as coisas um pouco melhor, mas ser indispensável dar umas pancadinhas. Que não era possível consentir na agitação do Martinho etc. Mais à tarde o M.<sup>o</sup> veio para o Ministério e disse-me que o Dr. Q. continuava muito apreensivo, sempre na convicção de que ele havia praticado grave erro na orientação que dera ao novo Ministério etc. Que ele S. estava convencido de que o caminho era o que ele tinha seguido. Saí e fui ao M.<sup>o</sup> das O. P. Ao entrar encontrei o C.<sup>te</sup> de Caçadores 5, tive

com ele larga conversa sobre os acontecimentos e por ele soube que na noite crítica ele soube pelo Capitão Dias<sup>86</sup> seria 1 da manhã, que havia certa agitação, justo [?] em Caçadores 5 apenas estivessem ele Dias, o Neto e os dois oficiais de serviço. Que havia troca de telegramas com o Porto e de telefonemas entre as unidades de Lisboa. Campeava em toda a força a intriga em que, pelos vistos, os meninos são hábeis. O Major Oliveira resolveu ir para a unidade e participar ao G.<sup>al</sup> Daniel de Sousa o que se passava. Este disse-lhe que também ia para o G. Militar. Como continuasse a efervescência o Oliveira lembrou uma reunião de comandantes que se realizasse no M.<sup>o</sup> da Guerra às 7 da manhã. Dizia-se que o Mateus havia passado a noite no M.<sup>o</sup> em contínua conferência. Não apurei se isto era verdadeiro. Às 7 quando o C.<sup>te</sup> de C. 5 chegou à Guerra estava resolvido que os Comandantes seriam recebidos separadamente. O Major Oliveira ficou contrariado com esta resolução que, segundo ele, tudo prejudicava. Queria uma reunião conjunta em que se tomassem deliberações. Alvitrou que podia o M.<sup>o</sup> receber cada um de per si, mas que depois se reuniriam todos. Assim se fez. Quando ouvido, o Major Oliveira disse ao Mateus o que havia respondido ao C.<sup>te</sup> Militar na ocasião de ser ouvido e perguntou ao M.<sup>o</sup> da Guerra se ele nessa qualidade pretendia resistir. O Mateus titubeou, mas não afirmou que desejasse empregar a violência. O Oliveira perguntou se ele se não havia já entendido com o Dr. S. ao que Mateus respondeu que sim. Então ripostou Oliveira: acho que V. Exc. só tem um caminho a seguir é sair altivamente, sem criar dificuldades.

Foram para a reunião e dela resultou a nomeação de três comandantes para se entenderem com o Dr. S. a quem se não faria qualquer indicação formal e muito menos uma imposição. Do que se passou já atrás ficou dito.

Segundo a opinião do Oliveira as coisas não estavam ainda bem, pois os intrigantes, que tinham conseguido ambiente, faziam crer que a nomeação do M.<sup>o</sup> do Interior é uma bofetada no Exército (como se o Exército fosse a dúzia e meia de agitadores responsáveis pela indisciplina e pela desordem em que temos vivido) e que portanto seria político dentro de 8 ou 10 dias alijar o M.<sup>o</sup> do Interior. Que era preciso que o M.<sup>o</sup> do Interior fosse pessoa que conhecesse bem o meio de Lisboa e até as artes dos Carrascos e quejandos. Que Deus me perdoe se eu tenho um mau pensamento, mas fiquei desconfiado de que o Oliveira não faria sacrifício em aceitar a pasta tão discutida...

Subi a escadaria e fui ter com o Duarte Pacheco que já me esperava. Falei com ele sobre os decretos que estavam parados e sobre a situação. Segundo o Pacheco eram precisos uns gestos de força. Em meu entender duas ou três transferências seriam o bastante.

Do M.<sup>o</sup> das O. P. fui para o da Justiça onde o M.<sup>el</sup> Rodrigues me disse que toda a agitação devia terminar dentro de 8 dias. Que o que se estava fazendo naquele M.<sup>o</sup> era simplesmente vergonhoso. Que havia compromissos para mais lugares, não estando os indivíduos com quem o Ministro se havia comprometido à altura dos lugares para que deviam ser nomeados. Que para Director das Cadeias Civis, lugar muito importante e que em todos os tempos era ocupado por individualidades marcantes, estava indigitado o Dr. T.<sup>co</sup> Costa!!

Voltei às Finanças e dei conta ao Dr. S. da conversa com o Major Oliveira. O M.<sup>o</sup> disse-me: olhe Sr. Leal Marques eles agora pretendem que saia o do Interior, depois seria o M.<sup>el</sup> Rodrigues, depois o Pacheco etc. O que eles querem é ter gente sua que lhes faça a política e satisfaça os desejos.

Eram 8 horas recolhemos a casa.

8-VII-932

Demos volta a vários papéis e depois leu o M.<sup>o</sup> os apontamentos que o Q. lhe havia enviado para uma exposição ao País e cujos tópicos haviam sido concertados entre os dois na conferência da véspera.

Reconhecemos que as ideias eram boas – as do Ministro – mas que a forma não era de aceitar. Revestia-se toda a exposição do estado de alma do Q. e das suas tendências ultraconservadoras.

Nessa ocasião disse-me o M.<sup>o</sup> que não sabia o que o Q. tinha em mente, mas que lhe parecia que tanto Q. como Raul Esteves contavam com a nenhuma inteligência do Mateus para dar qualquer golpe. Não que o Mateus fosse desleal ou traidor, mas fraco e vaidoso eles o levariam para um caminho tal que lhe não era possível retroceder. Que era provável que Q. quisesse ser o mandão em um Ministério dos “rapazes”, Ministério que segundo opinião geral não durava uma semana. Que nisto é que Q. se enganava.

Disse o Dr. S. que no dia seguinte fariamos nós a exposição.

Contou-me o que se tinha passado entre o M. Guimarães e a mulher do M.<sup>o</sup> da Marinha anterior<sup>87</sup>. Aquela estava fula, dizendo que seu marido tinha feito a Madeira e que era assim tratado etc. Neste dia tinha o Dr. S. recebido uma carta em que se dava conta dos escândalos da Marinha e se dizia que a família do M.<sup>o</sup> utilizava 3 automóveis, que andavam sempre no caminho entre Lisboa e Oeiras e que o gasto da gasolina era uma coisa fantástica.

Depois do almoço dirigi-me ao Ministério. Uma vez ali recebi o G.<sup>al</sup> Mota<sup>88</sup> que me disse várias coisas entre as quais o que se havia passado entre ele, G.<sup>al</sup> Hamílcar Pinto<sup>89</sup> e Mateus no Gabinete da Guerra. Este havia dito que o Dr. S. lhe passara uma rasteira, que lhe havia de pagar, que era a paga que ele lhe dava, que o Dr. S. feito com o Dr. Mário de Sousa pretendiam entregar o Exército aos partidos, que ele havia dito bem do Dr. S. mas que passaria a dizer mal etc. Que se queriam fazer a entrega a fizessem às claras como o pretendia fazer o G.<sup>al</sup> Ivens Ferraz. O Mota disse-lhe que ele Mateus não devia dizer tais coisas e que não lhe ficava bem a ele mudar de atitude para com o Dr. S. pois toda a gente diria que era despeito. O Hamílcar Pinto à saída disse ao Mota: então que lhe parece aquele sujeito? Como se nós quiséssemos fazer a entrega!...

Depois do Conselho de Ministros falei com o M.<sup>o</sup> nesta conversa e li-lhe uma carta anónima recebida no Gabinete em que se dizia que o Schiapa, o Mateus, o Piçarra e alguns oficiais de Artilharia Metralhadora do Porto, com alguns oficiais

de Caçadores 5 e outros de Lisboa pretendiam dar um golpe de Estado. Que estes oficiais já haviam convidado o Lino Neto<sup>90</sup> para as Finanças e que tendo este dito que não, esperavam o Armindo. Que a polícia estava comprometida. Também li ao M.º alguns ecos e um artigo da *Revolução* e disse ao Dr. S. que era preciso meter na ordem, por meio da Censura, tal jornal que bastante podia prejudicar. O M.º deu-me conta do que se havia passado em C.º [Conselho] com a questão da vinda para Portugal do corpo de D. Manuel. Só o M.º da Guerra tinha feito oposição, mas de tal forma que ele tinha resolvido ir a Cascais naquela noite dar conta ao P. da República do que se havia passado e assentar com ele no caminho a seguir. Depois do jantar o Ministro seguiu para Cascais.

9-VII-932

Informou-me o M.º do que se havia passado com o Presidente da República e disse-me que o Chefe do Estado se mostrava um homem forte incitando-o a ir para a frente na questão política, de que também havia tratado, e aconselhando-o a consentir na trasladação de D. Manuel, gesto magnânimo e de que em seu entender nada de mau podia resultar. Fez-se um telegrama para o Azevedo Coutinho<sup>91</sup> dando-lhe conta da resolução do governo e uma nota para os jornais em que se dizia que o governo tinha chamado a si a questão e que resolveria sobre o programa e data da cerimónia. Depois começamos a trabalhar na entrevista a dar ao “Diário de Notícias” sobre a situação política.

Minutos passados chegou o Ministro dos Estrangeiros<sup>92</sup> que vinha dizer ao Dr. S. que o artigo do *Século* sobre a vinda do corpo de D. Manuel para Portugal parecia nascer do conhecimento do que se havia passado em Conselho, mas que ele M. Guimarães nada havia dito. O Dr. S. respondeu que não tinha ele que fazer tal afirmação, pois bem sabia que era incapaz de dizer o que se passava nos Conselhos, mas que era já pecha antiga em Portugal saber-se do que os Ministros resolviam minutos depois de terminarem as suas reuniões. O M. Guimarães saiu com a incumbência de continuar a tratar com a Inglaterra como se havia combinado.

Voltamos a trabalhar e meia hora depois fomos almoçar. No final do almoço apareceu o Dr. Nosolini<sup>93</sup> que vinha propositadamente do Porto avistar o Ministro. São da força deste Nosolini a maior parte dos amigos do Dr. S. Monárquicos intransigentes que desejariam que o Dr. S. lhes preparasse a monarquia não se importando nada com o seu prestígio, a sua lealdade e o grande nome que hoje tem no país exactamente por toda a gente o julgar incapaz de uma traição. Como o M.º tivesse que ir receber o Fernando de Sousa<sup>94</sup> fiquei discutindo com o Nosolini que por fim desejaria um partido conservador chefiado pelo Dr. S. mas não se sabe com que fins. Voltou à sala o Dr. S., mas eu tive que ir para o Ministério. Ficaram Nosolini e Assis.

No Ministério estava quando cheguei um tal Sr. Braga<sup>95</sup>, integralista do Porto. Vieram trazer-me um cartão do Brigadeiro David Rodrigues<sup>96</sup>. Este oficial vinha

apresentar cumprimentos ao M.º e a mim. Perguntei-lhe o que sabia da guarnição do Porto e então disse: Que na verdade havia certa excitação na tropa do Porto, principalmente em Infantaria 18, cujo comandante está inteiramente feito com os integralistas e que é um desbocado. Este homem – afirma o brigadeiro – diz as maiores inconveniências até do Dr. S. Que o Comandante de Artilharia 5, homem que já esteve separado do serviço[,] é monárquico confesso, não fala tanto como o outro, mas também não merece qualquer espécie de confiança. Que é reduzido o número de oficiais que constitui a falange mas que sendo muito faladores e irrequietos e estando acompanhados por elementos civis integralistas que também muito barafustam, podem criar dificuldades. Que não merecem grande confiança o Schiapa e o Governador Militar interino de Lisboa, homem fraco, e que deve estar com os meninos. Que o governo tem toda a força no país, apenas havendo os tumores de Lisboa e Porto. Que tudo se resolveria se à frente das regiões estivessem homens como o Gomes de Sousa. Que na 2.ª Região tudo se passa dentro da maior disciplina. Que o nome do Dr. S. era uma bandeira, um estandarte que a grande massa do país seguia. Que os partidos estavam desfeitos e que as pessoas que se interessam pela política estavam com o Dr. S. quando não por outro motivo por não poderem ver os integralistas. Que lhe parece haver necessidade de tomar o governo a ofensiva e fazer umas transferências pois de contrário um belo dia pode ter aberta uma fenda por onde se sumirá. Dei conta ao M.º desta conversa e levei entre a papelada uma carta anónima em que voltava a afirmar-se que se preparava a conjura militar e que tinham partido para Lisboa, Porto, Coimbra e Viseu emissários. O M.º disse-me que as coisas não iam bem e que seria preciso talvez atitudes decisivas. Que lhe parecia porém [?] que haveria qualquer pronunciamento que o governo dominaria, mas que o resultado seria a queda de tudo. Seria o resultado da insensatez desta gente que teria que esperar mais de 10 anos para voltar a ter algum valor. Às 6½ da tarde continuamos com o trabalho da entrevista que deve ficar uma coisa boa.

Às 8½ fui jantar e ficou resolvido que voltasse no dia seguinte às 11 horas.

Disse-me o Águedo que o que se passara na noite trágica no Martinho tinha excedido todas as marcas. Que julgava indispensável ao prestígio do poder que o Carrasco e o C.º Nunes fossem transferidos e que o Neves e Gomes [?]<sup>97</sup> fosse punido. Mais disse que o Capitão Corujeira tinha chegado a trazer para fora do quartel uma peça de artilharia.

10-VII-932

Acabámos a entrevista, de pouco tendo servido o trabalho de Q. pois revestia-se todo ele das suas inclinações ultraconservadoras e tinha um tom irritante.

Pela primeira vez o Dr. S. falava ao público no regime e afirmava que os filiados na União Nacional não podiam hostilizar as instituições. O M.º disse-me que o Q. desejava ver o que ele havia escrito. Ficou assente que às 7 horas da tarde iria falar-lhe o Armando Boaventura<sup>98</sup> jornalista a quem a entrevista era dada.

11-VII-932

De manhã tratou-se de uma nota para os jornais sobre os assuntos a tratar pelas Finanças e pela Presidência e de um ofício para o Interior sobre a não passagem de passaportes. O M.º deu despacho à papelada.

No Ministério recebi o M.º da Guerra que me disse ser difícil acabar de chofre com a Martinhada e que ia chamar os comandantes das unidades para ver se conseguia alguma coisa. Lastimou-se do Mateus em testamento ter colocado em Metralhadoras 1 o Cap. Pessoa e de ter convidado o Lobo da Costa para o comando desta unidade. Disse-me que desejava falar com o Presidente sobre vários assuntos.

Mais tarde apareceu o Dr. Afonso Lucas que me pediu para lhe arranjar uma conferência com o Ministro. Acrescentou que era preciso lançar a mão “a esta coisa”. Esta coisa quanto a mim era o movimento dos meninos ligado com o Integralismo. Disse que iria para o jornal “A Revolução” e que a pessoa que financiava este prejudicial diário estava farta de dar dinheiro etc. O que pretenderá este Lucas? Que o Dr. S.[.] a pretexto de que o jornal fará nova política, lhe dê algum subsídio? Se assim for creio bem se enganará. Em meu entender só há que deixar morrer ou mesmo dar cabo de tão reles canudo. Também fui procurado pelo director da Censura<sup>99</sup> que me apresentou vários recortes da tal “Revolução” e me disse que era o jornal que mais trabalho lhes dava. Que vinha sempre cheio de insinuações e até agravos contra o Dr. S. Que não sabia que fazer pois lhe diziam ser um jornal da situação... Fiquei de tratar com o M.º

O Dr. Águedo entendia que o Dr. S. devia dizer na sua entrevista mais alguma coisa agradável para a tropa.

O Simões Neves e o Assis acharam bem toda a entrevista. O S. Neves estava na convicção de que os meninos pretendiam fazer ligações e que bem podia acontecer, se não se tomassem providências, de um momento para o outro surgir qualquer pronunciamento.

12-VII-932

## Notas

<sup>1</sup> Armindo Monteiro (1896-1955), advogado e professor catedrático de Direito na UL. Especialista em Finanças. A 10 de Julho de 1926 participa na missão do MNE a Londres a fim de negociar com o governo britânico a dívida que Portugal contraíra em 1916 para financiar o seu esforço de guerra (v. Pedro Aires de Oliveira, *Armindo Monteiro. Uma Biografia Política*, Lisboa, Bertrand Editora, 2000, pp. 58-59). Passa a ser colaborador de Salazar, primeiro, na organização do Instituto de Estatística (1928) e, depois, em Novembro de 1929, nas funções de subsecretário de Estado das Finanças (id., *ibid.*, p. 64). Em 1930 é-lhe atribuída a co-autoria do Acto Colonial (id., *ibid.*, p. 79). A 31 de Janeiro de 1931 sobraça a pasta das Colónias, na qual permanecerá até 1935 (id., *ibid.*, p. 75). Desde 22-12-1931 é vogal do Conselho Político Nacional (CPN) (v. António de Araújo, *op. cit.*). A partir de 5-7-1932 é vogal da Comissão Central da União Nacional (UN). Na altura da constituição do primeiro governo de Salazar encontra-se em viagem por Angola e Moçambique. Segundo Pedro Aires de Oliveira, antes e depois de 1926 «não lhe é conhecida qualquer espécie de militância partidária» nem «preferência sobre a forma de regime — monarquia ou república». Garante que é «católico praticante, extremamente puritano, mas sem nunca ter estabelecido «qualquer espécie de ligação política à Igreja». Próximo dos sectores patronais, o seu biógrafo situa-o na «direita dos interesses» (v. Pedro Aires de Oliveira, *op. cit.*, p. 56).

<sup>2</sup> O ministro do Interior é então Mário Pais de Sousa (1891-1949), advogado, natural de Santa Comba Dão, tido como republicano e defensor de um entendimento com os políticos conservadores da I República. Começara a sua carreira política como governador civil de Coimbra e, a partir de 21-10-1931, o general Domingos de Oliveira chama-o para ministro do Interior, em substituição do coronel Lopes Mateus, que acumulava o Interior com a Guerra. A partir de começos de 1932 é membro da Junta Consultiva da UN (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>3</sup> Manuel Rodrigues Júnior (1889-1946) faz os seus estudos preparatórios e parte do curso de Teologia no Seminário Patriarcal de Santarém. Em 1912 matricula-se na Faculdade de Direito de Coimbra, passando para o seu corpo docente mal termina a licenciatura. Em 1924, após concurso, é nomeado professor catedrático, vindo pouco depois a ingressar na Faculdade de Direito de Lisboa. Participa no primeiro governo de Mendes Cabeçadas saído do golpe militar de 1926, na pasta da Justiça, até 11 de Abril de 1928. Desde 22-12-1931 é vogal do CPN. A 5-7-1932, pela mão de Salazar, volta a ocupar a pasta da Justiça. A partir dessa data é vogal da Comissão Central da UN. Marcello Caetano considera-o «republicano» e com tendências «socialistas» (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* e Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, cit.).

<sup>4</sup> É de admitir que se trate de Silvério Barbosa Abranches, natural de Viseu, advogado e conservador do Registo Predial desta comarca, que, em 1917, escreveu *Questão dos Médicos da Universidade* (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>5</sup> António Gomes de Sousa (1871-1943), oficial do Exército, da arma de Infantaria. Fora alferes em 1894 e general em 1932. Em 1904 passa quatro anos na Alemanha em missão oficial. Em 1911 participa na expedição à Madeira, quando uma epidemia de cólera provoca tumultos. Organiza o 5.º Grupo de Metralhadoras em Coimbra, cidade onde permanece vários anos. Comanda os Regimentos de Infantaria n.ºs 23 e 35 e exerce o 1.º e 2.º comandos da 2.ª Região Militar. Tem acção de relevo no 28 de Maio (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>6</sup> Deve tratar-se do major Joaquim Abranches, que virá a ser mais tarde ministro das Obras Públicas.

<sup>7</sup> Aníbal Mesquita Guimarães nasce em 1882 no Porto. Frequenta a Academia Politécnica. Faz o curso da Marinha na Escola Naval. Assenta praça em 1901 e é promovido a segundo-tenente em 1909. Depois de embarcar em vários navios da Armada, passa a instrutor e professor na Escola Naval, respectivamente de Torpedos e Electricidade e de Torpedos e Minas. Em 1932 ocupa a pasta de ministro da Marinha (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*). Pertence à família republicana.

<sup>8</sup> Álvaro de Freitas Morna nasce em 1885 em Coimbra. Termina o curso da Escola Naval em 1904. Frequenta também o curso de Astronomia da Universidade de Coimbra. É capitão-tenente em 1930 e será comandante-de-mar-e-guerra em 1936. Faz as campanhas da Índia. É astrónomo do Observatório Meteorológico da Universidade de Coimbra. Comanda vários navios. Virá a ser deputado da Assembleia Nacional a partir de 1935 (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>9</sup> Mário de Figueiredo (1890-1969) frequenta o Seminário de Viseu e faz, após 1910, o curso dos liceus. Matricula-se na Faculdade de Direito de Coimbra e em 1920 entra para o seu corpo docente. Em 1927 é seu secretário. A 7-3-1927 é nomeado, por parte de Portugal, membro da Conferência Internacional na Sociedade das Nações, em Genebra. Em 7-11-1928 participa numa comissão encarregada de lançar um inquérito sobre a reforma do ensino secundário. Entre 20-11-1928 e 8-7-1929 sobraça a pasta da Justiça e Cultos. A 2-8-1930 assume as funções de director da Faculdade de Direito de Coimbra. Em Julho de 1931 é destacado em missão junto da Sociedade das Nações. Desde 22-12-1931 é vogal do CPN (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* e António de Araújo, *op. cit.*). É amigo pessoal e de longa data de Salazar. Faz parte do Centro Católico.

<sup>10</sup> César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches (n. 1885), oriundo de família monárquica e também ele monárquico, é formado em Direito e pertence à carreira diplomática, com passagens pelo Brasil, Espanha, Inglaterra, Japão, Alemanha e Suécia e prestação de serviço em direcções-gerais e repartições do MNE. Em Julho de 1932 encontra-se em Estocolmo. De 5-7-1932 a 11-4-1933 ocupa o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>11</sup> Duarte Pacheco (1899-1943) é engenheiro electrotécnico pelo IST, a cujo corpo docente pertence desde 1922 e de que é director em 1924. Em 1928 inicia a sua carreira política, assumindo a presidência da Câmara de Lisboa. Em 1930-1931 é vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, quando é ministro Gustavo Cordeiro Ramos. Em 5-7-1932 ascende ao cargo de ministro das Obras Públicas e Comunicações (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*). Já em 1928 é ele quem vai a Coimbra convencer Salazar a aceitar a pasta das Finanças. É apontado como republicano, vindo dos sectores do engenheiro Cunha Leal.

<sup>12</sup> Francisco José Nobre Guedes (1893-1969) conclui, em 1916, o curso de Engenharia Mecânica no IST. Em 1931-1932 ocupa o cargo de presidente da Secção do Ensino Técnico do Conselho Superior de Instrução Pública.

<sup>13</sup> Sebastião Garcia Ramires (1898-1952) faz os estudos secundários no Colégio Militar e conclui, depois, o curso de Engenharia Mecânica no IST. De 1930 a 1932 é director da Associação Industrial Portuguesa. Em Julho de 1932 ascende a ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, cargo que ocupará até Janeiro de 1936.

<sup>14</sup> Trata-se de Quirino Avelino de Jesus (1855-1935), formado em Direito pela Universidade de Coimbra e chefe de contabilidade da CGD. Antes de 1926 havia sido enviado a Angola para estudar os problemas económicos e financeiros daquela colónia. Republicano de origem, aproximara-se das posições da *Seara Nova* e apoiara o golpe militar de 1926. Será co-autor de alguns dos principais textos considerados pilares do Estado Novo.

<sup>15</sup> Vaz Velho da Palma, coronel (1876-1951), nasce em Loulé. Faz a Escola do Exército e os preparatórios na Faculdade de Ciências de Lisboa. Em 1911 parte para Inglaterra. Participa no CEP e, dado o domínio do inglês, serve de intermediário entre o Quartel-General das Forças Aliadas e o comando das forças militares portuguesas. Em 1931 é mandado reestruturar o Regimento de Infantaria n.º 4, em Tavira. Descobre que todos os soldados do regimento são analfabetos. Adapta a cartilha de João de Deus e, no prazo de um ano, alfabetiza os soldados. Em Julho de 1932, como ele próprio reconhece nas suas memórias, o seu nome é indigitado para ministro da Guerra, mas não chega a ser convidado, pelo que não tem de «declinar» o convite. Sendo já brigadeiro, fará o curso de oficial general, ficando em primeiro lugar. A 31-8-1935 será nomeado governador militar dos Açores, o que considera uma injustiça e uma despromoção. Recusará o cargo e denunciará as arbitrariedades das promoções e nomeações em carta a Santos Costa. A 24-11-1936 será suspenso e a 1-3-1937 será passado à reforma como coronel (informação prestada por seu neto arquitecto Miguel Vaz Velho da

Palma em 14-12-2005; para o episódio da alfabetização dos soldados, v. também of. 182, de Frederick Adam, em Lisboa, a John Simon, em Londres, a 8-7-32, FO 371/16492).

<sup>16</sup> Não consegui encontrar elementos sobre Carvalho da Costa. Aliás, em 1931-1932, tanto o secretário do ministro da Agricultura Linhares de Lima como o secretário-geral do mesmo Ministério é o engenheiro agrônomo António Alves Botelho da Costa e não Carvalho da Costa.

<sup>17</sup> José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro (n. 1868) é natural de São Tomé. Cursa a Escola Naval e assenta praça como aspirante em 1885. É promovido a vice-almirante em Setembro de 1932. Foi governador do distrito da Zambézia e, depois, de São Tomé e Príncipe. Em 1918-1919 foi senador independente. Durante um mês, de 23 de Dezembro de 1918 a 27 de Janeiro de 1919, ocupou a pasta da Marinha. Em 1930-1931, com Salazar a ministro das Colónias, é nomeado governador-geral de Angola. Em 1932 desempenha várias comissões de serviço no estrangeiro, representando Portugal, como técnico, na Conferência de Desarmamento (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*). A carta de que Leal Marques fala, escrita de Genebra, encontra-se em AOS/CO/PC-3C.

<sup>18</sup> Artur Águedo de Oliveira (1894-1978), natural de Moncorvo, é formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerce a advocacia. Em 1930 entra para subsecretário de Estado das Finanças, quando Salazar é ministro. Volta a ocupar aquele cargo no gabinete formado por Salazar, que também continua a sobraçar a pasta das Finanças. Desde 1931, Águedo de Oliveira acumula aquelas funções com a de vice-presidente do Tribunal de Contas. Colabora nos jornais *Voz e Século*. Escreveu *Imposto de Rendimento na Teoria e na Prática e As Bases Essenciais da Política Regional* (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>19</sup> José António Marques é formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Segue a magistratura. Terá sido magistrado do Supremo Tribunal de Justiça, vindo a ocupar o cargo de subdirector daquele mesmo Tribunal. Transita, pelo menos a partir de 1937, para o Supremo Tribunal Administrativo, vindo a ser seu secretário em 1948. Faz parte da comissão de propaganda da UN. É pessoa de grande intimidade e confiança do presidente do Conselho, a quem trata nas cartas por «Meu caro» ou «Meu prezado Salazar» e que as termina quase sempre com a expressão «Abraça-te o teu J. A. Marques».

<sup>20</sup> José Cabral, natural de Fornos de Algodres, é advogado, monárquico e conservador. Virá a ser deputado à Assembleia Nacional.

<sup>21</sup> Raul Manso Preto, major (1893-1945). Nasce em Vila Pouca de Aguiar. Faz os preparatórios e as cadeiras para o curso de Artilharia na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Em 1916 conclui o curso de Artilharia de Campanha da Escola do Exército e, depois, o curso de estado-maior. Mais tarde licencia-se em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. É sidonista. Faz parte do CEP, embarcando para França em Setembro de 1918. Em Abril de 1919 regressa a Lisboa, gaseado. É considerado grande inválido e reformado. É promovido a major em 1921. Em 1931 é governador civil de Évora. Em Maio de 1933 virá a ser governador de Timor (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>22</sup> O tráfico de influência era questão antiga. Pelo menos, há correspondência relativa a este problema e envolvendo Quirino de Jesus em Outubro de 1928 (v. AOS/CO/IN-8).

<sup>23</sup> António Óscar Fragoso Carmona (1869-1951). Faz os seus estudos no Real Colégio Militar e aos 19 anos assenta praça e matricula-se na Escola do Exército. Conclui o curso de Cavalaria, sendo promovido a alferes em 1894. Em 1910 é nomeado pelo Governo Provisório da República para a comissão, presidida pelo general Morais Sarmiento, encarregada de lançar as bases da reorganização do Exército. Promovido a general em 1922, é promotor de justiça do Tribunal que julga os inculcados dos assassinatos da «noite sangrenta» em 1921. No governo presidido por Ginestal Machado, chefe do Partido Nacionalista, sobraça a pasta da Guerra. Com a queda do governo, regressa à sua vida profissional, comandando a 4.<sup>a</sup> Divisão, com sede em Évora. Em 1925 volta a ser escolhido como promotor de justiça no julgamento de Raul Esteves, Sinel de Cordes e outros militares, líderes de um movimento sedicioso que fracassa, nele fazendo o elogio dos revoltosos. Após 1926, faz parte do governo do marechal Gomes da Costa e aceita a pasta dos Negócios Estrangeiros. Em Julho de 1926 ascende a presidente do ministério, cargo que acumula com o de ministro da Guerra. Em Novembro do

mesmo ano assume as funções de Chefe do Estado, que acumula com as de presidente do ministério. Em 1928 é eleito Presidente da República (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>24</sup> O ministro da Guerra é então o coronel António Lopes Mateus (1877-1955). Nasce em Viseu. Faz na Universidade de Coimbra os preparatórios para a Escola do Exército e em 1900 conclui o curso da arma de Infantaria. Promovido a alferes em 1900, é coronel em 1929. Em 1912 parte com o Regimento de Infantaria n.º 14 para Angola e, após 1914, toma parte nas operações no Sul da colónia, sob o comando de Roçadas e Pereira de Eça. Após estada no continente, segue para Moçambique na expedição do general Ferreira Gil, tomando parte nas operações contra os alemães. Em 1918 regressa ao continente. Em 1926 toma parte activa no «28 de Maio». Em 1928 e 1929 exerce o cargo de presidente da Câmara Municipal de Viseu. Em Janeiro de 1930, no governo de Domingos de Oliveira, sobraça a pasta do Interior, transitando, em 21 de Outubro de 1931, para a da Guerra (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*). Em 1932 é vogal da Comissão Central da UN. É considerado republicano e maçónico. Em Agosto de 1932 é nomeado comandante da Polícia de Lisboa. Será governador-geral de Angola em 1935-1939.

<sup>25</sup> Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974). Natural de Évora, forma-se em Letras e passa algum tempo na Universidade de Leipzig, na Alemanha. De regresso a Portugal, torna-se professor efectivo no Liceu de Évora. Em 1928 é ministro da Instrução Pública no governo de José Vicente de Freitas e em 1930 no do general Domingos de Oliveira. Salazar volta a convidá-lo em Julho de 1932 (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>26</sup> V. telegrama Rádio Marconi do ministro das Colónias ao ministro das Finanças de 30-6-1932, AOS/CO/PC-3C.

<sup>27</sup> Casimiro Teles, coronel (1875-1950). Nasce em Beja. Tira o curso secundário no Colégio Militar e o curso de Infantaria na Escola do Exército, o qual conclui em 1896. É promovido a alferes do Regimento de Infantaria n.º 5 nesse mesmo ano e a coronel em 1922. Em 1936 virá a ascender a general (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>28</sup> Mário Álvaro de Carvalho Nunes é tenente de cavalaria e oficial-de-ordens do Presidente da República, general Carmona, entre 1930 e 1933. A partir deste ano, embora continue oficial-de-ordens de Carmona, virá a fazer parte da recém-criada Casa Militar do Presidente da República.

<sup>29</sup> Fernando Augusto Branco, comandante (n. 1890). Serve primeiro no Exército. Especializa-se em Torpedos e Navegação Submarina. Tem o curso naval de Guerra. Entre Janeiro de 1929 e Julho de 1932, nos vários governos do general Domingos de Oliveira, ocupa a pasta dos Negócios Estrangeiros (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>30</sup> Luís António de Magalhães Correia, contra-almirante (n. 1873). Alista-se no Batalhão de Caçadores n.º 9 como voluntário e transita para a Escola Naval. Em 1930 é promovido a contra-almirante. Em 1929 assume as funções de ministro da Marinha no governo de Ivens Ferraz, funções que mantém nos gabinetes seguintes, entre 1930 e 1932, sob a presidência do general Domingos de Oliveira. Aquando da revolta da Madeira, em 1931, comanda pessoalmente a flotilha que ali conduz as tropas e restabelece a ordem. Como ministro da Marinha é autor do programa naval português, cuja execução, decretada em 1930, é iniciada em 1931 (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>31</sup> Era então governador militar de Lisboa o general Daniel de Sousa. Nasce em 1867 no Funchal. Alista-se como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 5. De 1886 a 1889 tira o curso preparatório da sua arma – Artilharia – na Escola do Exército. Em 1917 embarca para França, com destino ao CEP, donde regressa em 1920. Em 1927 é nomeado comandante do Regimento de Artilharia Pesada n.º 1. Em 1929 é nomeado inspector interino da 3.ª Inspeção de Artilharia, acumulando esse cargo com o de comandante de artilharia do Governo Militar de Lisboa. Em 1931 é promovido a general e nomeado comandante da Frente Marítima da Defesa de Lisboa. Desde Dezembro de 1931 faz parte do CPN. Em Fevereiro de 1932 é nomeado vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército. Em 2 de Julho de 1932 é nomeado governador militar de Lisboa (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* e António de Araújo, *op. cit.*). É republicano.

<sup>32</sup> Silva e Costa é jornalista de *O Século* e membro da Associação dos Profissionais da Imprensa (v. confidencial n.º 67 do Comando da PSP de 9-11-1933 sobre a assembleia daquela Associação, arq. MESS, caixa 204).

<sup>33</sup> Augusto Raul Esteves, coronel (1878-1955). Assenta praça em 1897, fazendo carreira na arma de Engenharia. Durante a guerra de 1914-1918 esteve dois anos na Flandres, comandando o Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro. Em 1920 assume o cargo de presidente do CA dos Caminhos de Ferro de Sul e Sueste. Durante a agitação social do pós-guerra jugula com o seu batalhão as greves ferroviárias e normaliza os respectivos serviços, pelo que é alvo de atentados (o último dos quais em Junho de 1921). Chefia o movimento sedicioso de Abril de 1925. Adere ao 28 de Maio. Durante a revolução de 7 de Fevereiro de 1927 tem papel de destaque na sua repressão (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*). É considerado republicano.

<sup>34</sup> Alberto Malta de Mira Mendes, formado em Direito, havia sido administrador do município de Montemor-o-Novo. Em 1927-1928 fora chefe de gabinete do coronel José Vicente de Freitas, então ministro do Interior. Em 1931-32 faz parte da comissão executiva da Misericórdia de Lisboa.

<sup>35</sup> Júlio Ernesto Morais Sarmento, brigadeiro (1875-1949). Faz o curso do Colégio Militar e alista-se, em 1892, como voluntário no Regimento de Lanceiros n.º 2. Faz o curso de Cavalaria na antiga Escola do Exército. Passa ao corpo do estado-maior. De 1905 a 1926 é lente das cadeiras de Tática de Cavalaria e de Tática Geral das Escolas do Exército, de Guerra e Militar. Entre 1917 e 1922 exerce o cargo de 2.º comandante da Escola de Guerra. Em Novembro de 1926 é chefe do Estado-Maior do Governo Militar de Lisboa. Entre Maio de 1928 e Julho de 1929 exerce o cargo de ministro da Guerra. A 25 de Outubro de 1929 é nomeado director do Colégio Militar. Em Julho de 1931 é nomeado comandante da 2.ª Brigada de Cavalaria, que acumula com a direcção do Colégio Militar. Em Junho de 1932 abandona esta última função a seu pedido. Em Abril de 1933 virá a ser promovido a general e a comandar a 4.ª Região Militar (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>36</sup> José Vicente de Freitas, general (1869-1952). Natural da Madeira, faz o curso secundário no Funchal, cidade onde assenta praça. Em 1888 entra na Escola do Exército e faz o curso de Infantaria. Com o posto de tenente tira o curso de Ciências na Escola Politécnica de Lisboa. Participa na Grande Guerra, como 2.º comandante de brigada. Em 1919 comanda o Regimento de Infantaria n.º 5. Em Maio de 1928, no posto de general, passa a fazer parte do Conselho Superior de Disciplina Militar e do Supremo Tribunal Militar, vindo a comandar a Escola do Exército. De Fevereiro a Maio de 1914 é governador civil do Funchal. De 26-7-1926 a Setembro de 1927 preside à comissão administrativa da CML. Em Setembro de 1927 assume as funções de ministro do Interior, que, entre Abril de 1928 e Julho de 1929, acumula com as de presidente do ministério. Pela mesma altura ocupa interinamente as pastas das Finanças, Comércio e Negócios Estrangeiros. Em 1929 regressa à presidência da CML, onde ficará até 1935. Desde 1931 faz parte do Conselho Político Nacional (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* e António de Araújo, *op. cit.*). É considerado republicano e maçónico.

<sup>37</sup> Albino Soares Pinto dos Reis Júnior (1888-1983) nasce em Oliveira de Azeméis. Faz o curso preparatório eclesiástico no Seminário dos Carvalhos, em Gaia, e, de 1905 a 1908, o curso teológico no Seminário do Porto. Num ano faz o curso dos liceus em Coimbra. Em 1909 ingressa na Faculdade de Direito daquela cidade, onde se licencia em 1913. Até 1931 exerce a advocacia e desempenha o lugar de conservador do Registo Civil em Oliveira de Azeméis (1919-1927) e em São João da Madeira (1927-1933). Em 1919 e, depois, entre 1922 e 1926 ocupa os cargos de presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e de administrador do concelho. Em 1920 e, depois, nos anos de 1925-1926 é deputado pelo círculo de Oliveira de Azeméis e faz parte do Partido Nacionalista. Em 1931-1932 é nomeado governador civil substituto de Coimbra. Em 1932 é vice-presidente da Comissão Central da UN (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>38</sup> Augusto Manuel Farinha Beirão, general (1869-1942). É natural de Pinhel. Faz o curso de Infantaria na Escola do Exército. De 1906 a 1908 e de 1913 a 1921 serve nas campanhas de Angola. De 1910 a 1911 é administrador do Bié e de 1921 a 1926 comandante do

Depósito de Degredados de Angola. De regresso ao continente, combate as incursões monárquicas no Norte do país. Em 1914-1918 faz parte do Corpo Expedicionário Português (CEP), nos postos de major e tenente-coronel. Após a guerra, presta serviço na Guarda Fiscal e em várias unidades do Exército. Em 1923 assume o comando da Escola Prática de Infantaria e em 23-3-1927, ainda com o posto de coronel, é nomeado comandante interino da GNR, lugar em que permanecerá durante doze anos. A 4-11-1930 é promovido a general por distinção (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>39</sup> Embaixador Luís Teixeira de Sampaio.

<sup>40</sup> Amílcar de Castro Abreu e Mota, general, nasce em 1862 em Arcos de Valdevez. Em 1882 assenta praça. É aluno da Escola do Exército, onde conclui o curso de Artilharia. Pertence ao corpo do Estado-Maior do Exército e é engenheiro fabril do Exército. Comanda várias unidades da sua arma e exerce o lugar de chefe do Estado-Maior do Exército Português. Após a revolução sidonista ascende a ministro da Guerra. É promovido a general em Julho de 1926. Passará à situação de reforma em 1-12-1934. Em 10-4-1935 virá a assumir o cargo de chefe da Casa Militar da Presidência da República (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>41</sup> David Rodrigues Neto, capitão (1895-1971). Natural de Silves. Faz os estudos preparatórios e matricula-se na Faculdade de Direito de Coimbra. Assenta praça em 1915. Faz a guerra em França. Prisioneiro dos alemães na batalha de La Lys, foge do campo de concentração e alcança a Dinamarca. Após o armistício, vive algum tempo na Bélgica e em Inglaterra. Regressado a Portugal, frequenta as Universidades de Coimbra e de Lisboa, formando-se em Direito em 1926. Toma parte activa no movimento «28 de Maio» e na repressão da revolta de 3/7 de Fevereiro de 1927. Mantém-se um dos revolucionários ou radicais do «28 de Maio». É um dos militares de Caçadores n.º 5. Em 1933 escreverá *Doa a Quem Doer*, em que expõe as suas ideias, nem sempre concordantes com as do regime (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>42</sup> Júlio Alberto de Sousa Schiapa Azevedo, brigadeiro (n. 1874). É natural de Lisboa. Assenta praça no Regimento de Caçadores n.º 5. De 1894 a 1896 tira o curso da arma de Infantaria na Escola do Exército. É promovido a alferes em 1897 e a brigadeiro em 1931. Entre 1907 e 1911 desempenha várias missões e exerce cargos em Angola. Em 1917 participa no movimento de Sidónio Pais, como comandante do Batalhão de Infantaria n.º 33, de Lagos. Entre 14 e 20 de Junho de 1926 comanda a GNR. De Julho a Novembro de 1926 exerce as funções de director interino das Cadeias Civis Centrais de Lisboa. De Outubro de 1926 a Março de 1927 comanda o Regimento de Infantaria n.º 19, em Aveiro. De Abril de 1930 a Janeiro de 1931 exerce o cargo de comandante da 1.ª Região Militar. De 19 de Janeiro a 25 de Julho de 1931 exerce as funções de ministro da Guerra. De 13 de Novembro de 1931 a 18 de Junho de 1934 é novamente comandante interino da 1.ª Região Militar (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>43</sup> Eugénio Augusto Almada Castro Bilstein de Meneses, general (n. 1869). Nasce em Lisboa. Faz os cursos do Colégio Militar, de Artilharia na Escola Politécnica e de Tiro na Escola Prática de Artilharia, da qual irá ser depois 2.º e 1.º comandante durante vinte anos. É professor da Escola Regimental e da Escola Central de Oficiais. Embarca para França em 1916 e só regressa em 1919. Em 1927 é nomeado comandante interino da 4.ª Região Militar e em 1929, já general, por escolha, assume o comando da 1.ª Região Militar. Em 1930 desloca-se a Angola em comissão de serviço (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>44</sup> Luís Augusto Ferreira Martins, general (n. 1875). Frequenta o Colégio Militar, depois a Escola Politécnica de Lisboa, onde tira os preparatórios de Engenharia e Artilharia, e a Escola do Exército, onde tira o curso de Artilharia. Faz o curso do Estado-Maior. De 1916 a 1919 é subchefe do Estado-Maior do CEP em França. De 1919 a 1926 desempenha o cargo de chefe do Estado-Maior do Governo do Campo Entrincheirado de Lisboa. Em 1923 comanda o Regimento de Infantaria n.º 5 e de 1929 a 1933 a Escola Central de Oficiais. Em 1930 é promovido a general (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>45</sup> Não foi possível identificar.

<sup>46</sup> Forma de nomear uma das facções dos jovens tenentes formada pelos amigos de João Alexandre Caeiro Carrasco, famoso tenente de Caçadores n.º 5, que participara no «28 de Maio» e tivera papel preponderante na repressão da revolta do 3/7 de Fevereiro.

<sup>47</sup> José Simões Neves é formado em Letras e um dos secretários de Salazar no Ministério das Finanças de 1927 a 1932.

<sup>48</sup> Fernando Augusto Bissaia Barreto (1886-1974), médico e cirurgião. Nasce em 1886 em Castanheira de Pêra. Forma-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra, onde faz o curso do magistério secundário e preparatório para Engenharia. Professor na Faculdade de Medicina daquela Universidade, é um grande impulsionador da assistência aos tuberculosos e às crianças. Pertenceu ao Partido Evolucionista, ao mesmo tempo que foi membro da maçonaria e da Carbonária de Coimbra. Amigo pessoal de Salazar, adere à União Nacional em 1930. A partir de 5-7-1932 será vogal da Comissão Central da UN (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira e Dicionário de História de Portugal*, vol. ix).

<sup>49</sup> Não foi possível identificar.

<sup>50</sup> Artur Leal Lobo da Costa, major, é oficial do Exército, na arma de Infantaria. Comandou os Regimentos de Caçadores n.º 5 e de Metralhadoras n.º 1, em Lisboa. Entre 25 de Maio de 1931 e 27 de Julho de 1932 desempenha o cargo de governador civil do Porto.

<sup>51</sup> Augusto de Andrade Piçarra, tenente-coronel. Oficial de infantaria. Colocado em 1931 no Regimento de Infantaria n.º 1. Assis Gonçalves situa-o, em Setembro de 1933, na unidade que fica na Serra do Pilar e como sendo nacional-sindicalista. Vai passar à reserva em Outubro de 1933.

<sup>52</sup> Horácio Assis Gonçalves é um dos tenentes de Caçadores n.º 5 com papel importante no «28 de Maio». Frequenta, como outros tenentes, a Faculdade de Direito de Coimbra e, em particular, a cadeira do professor Oliveira Salazar. Em 1928, quando este entra para o Ministério das Finanças, Assis assume as funções de seu secretário, que exercerá até 1934, altura em que irá desempenhar as funções de governador civil de Vila Real. Como o próprio Assis afirma em correspondência para Salazar, este atribui-lhe desde o início uma função precisa: a de elemento de ligação com os meios militares e sobretudo com alguns dos mais activos jovens e tenentes do 28 de Maio [v. relatório de 8 de Fevereiro de 1933 in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Assis Gonçalves. Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981, p. 76].

<sup>53</sup> É de admitir que seja Luís Augusto de Oliveira Franco, major, oficial de infantaria. A ser o mesmo, exercia, em Julho de 1932, o lugar de comandante da GNR no Porto. Mas, em Dezembro de 1932, Assis Gonçalves situa-o como 2.º comandante do Regimento de Metralhadoras n.º 1, em Lisboa (*ibid.*).

<sup>54</sup> Mário Cardia, médico, nascido e residente no Porto.

<sup>55</sup> É de admitir que se trate de Avelino de Almeida (1873-1932), oriundo dos meios católicos, trabalhando para vários jornais, com destaque para o jornal *O Século*.

<sup>56</sup> Jaime Anahory Athias, capitão-tenente (n. 1882). É oficial da Marinha. Desempenha durante vários anos as funções de secretário-geral da Presidência da República.

<sup>57</sup> Francisco Soares de Lacerda Machado, brigadeiro. Nasce no Pico em 1870. Conclui o curso de Infantaria na Escola do Exército. Em Agosto de 1929 é nomeado comandante da 3.ª Região Militar, em Tomar, e, depois, comandante da 1.ª Região Militar, no Porto. Será promovido a general em 1933 (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>58</sup> «Pintor» e «Ai-ó-Linda» são os nomes por que eram popularmente conhecidos dois dos principais dirigentes da Legião Vermelha.

<sup>59</sup> É a segunda vez que Leal Marques se engana no posto de Lacerda Machado, tratado por general, quando é brigadeiro.

<sup>60</sup> Não foi possível identificar. Diga-se, no entanto, que o novo ministro da Marinha, comandante Mesquita Guimarães, vai escolher para seu chefe de gabinete o capitão-tenente Manuel José Possante, subdirector dos Serviços de Farolagem e Balizagem do Ministério da Marinha. O facto de Leal Marques falar do comandante Possante não é decisivo, pois não é raro enganar-se nas patentes. Não é de excluir que, tendo Mesquita Guimarães querido convencer o capitão Possante a aceitar o cargo de ministro da Marinha e não o tendo conseguido, tenha obtido, em contrapartida, a garantia de que aceitaria ser seu chefe de gabinete. Mas este raciocínio está sujeito a caução.

<sup>61</sup> Leal Marques engana-se. Sai com o novo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco. O do Comércio é o engenheiro Sebastião Ramires.

<sup>62</sup> Domingos de Oliveira, general (1873-1957). Nasce em Lisboa e, como capitão do Regimento de Lanceiros n.º 2, defende a Monarquia na revolução de 1910. Em 1915 apoia a ditadura de Pimenta de Castro. Adere ao 28 de Maio de 1926. Comanda várias unidades da sua arma. Foi governador militar de Lisboa, com papel destacado na repressão da revolta de Fevereiro de 1927. É promovido a general em 1928 e, posteriormente, a vogal e presidente do Supremo Tribunal Militar. É presidente do Conselho de Ministros de 21 de Janeiro de 1930 a 5 de Julho de 1932. Retoma o comando da Região Militar de Lisboa e, depois do plebiscito da Constituição de 1933, será membro vitalício do Conselho de Estado, órgão que substituiu o CPN (v. *Dicionário de História do Estado Novo*).

<sup>63</sup> Luís Alberto de Oliveira, major (n. 1880). Conclui o curso da arma de Infantaria na Escola do Exército e é promovido a alferes em 1908 e a major em 1932. Faz parte do CEP em África e em França. De Agosto de 1918 a Fevereiro de 1919 ocupa o lugar de governador civil de Coimbra. É considerado, no seu tempo, um dos melhores esgrimistas portugueses (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>64</sup> É impossível saber se este Major Franco é o comandante da GNR do Porto, atrás citado, ou se o major Luís Augusto de Oliveira Franco, que é oficial de infantaria e que, na correspondência de Assis Gonçalves a Salazar, aparece, em 1932, como sendo o 2.º comandante de Metralhadoras n.º 1, em Lisboa.

<sup>65</sup> António de Sousa Gomes (1895-1947), médico militar. Nasce em Coimbra. Assenta praça no Exército em 1912, ao mesmo tempo que inicia na Universidade de Coimbra o curso de Medicina. Como alferes, faz parte do CEP na Flandres. É partidário do movimento do «28 de Maio» e intervém na repressão da revolta de 1927 na guarnição militar de Setúbal, de que faz parte. É designado primeiro presidente da Junta Geral do Distrito e, algum tempo depois, ocupa o lugar de seu governador civil. Tempos depois, ocupa cargo idêntico no distrito de Coimbra. Em 1931-1932 é chefe de gabinete do ministro do Interior Mário Pais de Sousa. Em 1932-1933 vai ser chefe de gabinete da Presidência do Conselho, sendo o seu titular Oliveira Salazar. E em 1933-1934 vai ser secretário-geral do Ministério das Finanças. Entre 26 de Fevereiro de 1932 e 24 de Janeiro de 1934 é director do jornal *Diário da Manhã*. Colabora também no *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *Novidades* (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* e Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 1998, p. 23, e AOS/CP-128).

<sup>66</sup> Carlos Bessa Tavares. Formado em Direito. Monárquico, católico e entusiasta do movimento «28 de Maio». Membro do CA da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Apoiante de Salazar. Em 1943 partirá para o Brasil, donde vai continuar a corresponder-se com Salazar (v. AOS/CP-263).

<sup>67</sup> Guilherme Moreira é formado em Direito. Havia sido subsecretário de Estado das Finanças do ministro Oliveira Salazar nos dois governos de Vicente de Freitas, em 1928 e 1929. A partir de 1932 virá a fazer parte dos corpos directivos da CGD. O irmão é Domingos Moreira, que virá a ser membro do Tribunal de Contas.

<sup>68</sup> António Augusto Barata Lima, inspector-geral de Finanças pelo menos de 1930 a 1933.

<sup>69</sup> António Sebastião Spínola, inspector-geral de Finanças, vindo a substituir, em Abril de 1935, Leal Marques no cargo de chefe de gabinete do ministro das Finanças, Oliveira Salazar.

<sup>70</sup> Calixto Mendes dos Santos, inspector da Inspeção-Geral de Finanças pelo menos entre 1930 e 1933.

<sup>71</sup> António de Jesus Pires Pitta, subinspector da Inspeção-Geral de Finanças de 1930 a 1933 e chefe de secretaria.

<sup>72</sup> Afonso José Lucas (1893-1946), formado em Direito na Universidade de Coimbra. Advogado em Santarém e Lisboa, milita na política monárquica e católica. Colabora em jornais, como *A Monarquia*, *A Época* e *A Voz*. É um dos fundadores do Integralismo Lusitano, de cuja junta central faz parte. Ingressa na magistratura e de 1930 a 1933 é vogal do Tribunal de Contas.

<sup>73</sup> Fernando Eduardo de Freitas Teixeira é um dos secretários do ministro das Finanças em 1932-1933.

<sup>74</sup> É de admitir que seja António Duarte Silva, que era chefe de secção da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas. Mas está sujeito a caução.

<sup>75</sup> João do Amaral (1893-1981). Natural de Alcácer do Sal. Em 1918 conclui o curso de Direito na Universidade de Coimbra. Começa por ser republicano, transitando para o Integralismo Lusitano, de que é um dos fundadores. Colabora em vários jornais e revistas, com destaque para o *Diário de Notícias*, de que virá a ser subdirector. Após 1926, adere aos princípios da ditadura e, depois, aos do Estado Novo, vindo a ser deputado à Assembleia Nacional.

<sup>76</sup> D. Manuel de Bragança havia morrido, a 2 de Julho, no seu palácio de Fulwell Park, perto de Londres (v. *O Século*, de 3-7-1932).

<sup>77</sup> Carlos Afonso de Azevedo Cruz Chaby, capitão de cavalaria, secretário do presidente do ministério, general Domingos de Oliveira, entre 1930 e 1932.

<sup>78</sup> Helder Eduardo de Sousa Martins, tenente de cavalaria, secretário do presidente do ministério, general Domingos de Oliveira, em 1931-1932.

<sup>79</sup> Leal Marques volta a enganar-se na pasta que atribui a Duarte Pacheco.

<sup>80</sup> *Ibid.*

<sup>81</sup> Deve ser o Dr. Domingos Gentil, médico, o mesmo que Assis Gonçalves cita nas suas memórias como tendo assistido Salazar, em 1929, quando este dá uma queda no Ministério das Finanças e fractura uma perna (v. Assis Gonçalves, *Intimidades de Salazar*, Lisboa, Bertrand, 1971).

<sup>82</sup> Emídio José Corujeira de Carvalho, capitão de artilharia, ajudante-de-campo do ex-ministro da Guerra António Lopes Mateus.

<sup>83</sup> Engenheiro Sebastião Ramires.

<sup>84</sup> Manuel dos Santos era um muito antigo funcionário da Direcção-Geral das Alfândegas, de que será director-geral a partir de 1927.

<sup>85</sup> António de Sousa Gomes (v. nota *supra*).

<sup>86</sup> António Dias, capitão e, na altura, 2.º comandante de Caçadores n.º 5.

<sup>87</sup> O ministro da Marinha anterior havia sido o contra-almirante Luís António de Magalhães Correia.

<sup>88</sup> Deve ser o general Amílcar Mota (v. nota 40).

<sup>89</sup> Hamílcar Pinto, general (1869-1947), nasce em Lisboa. Ocupa altos cargos em Macau e em África. Durante a primeira guerra esteve em França e comandou o 2.º Grupo de Baterias. Exerceu depois as funções de director da Aeronáutica e o comando de Artilharia n.º 3. Em 1929 é ministro da Guerra no governo presidido por Ivens Ferraz (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>90</sup> António Lino Neto nasce em Mação em 1873. Frequenta o Seminário de Portalegre, onde conclui o curso de Teologia. Em 1899 forma-se em Direito. É nomeado, por concurso, secretário-geral do Governo Civil de Beja, transitando depois para o de Portalegre. Em 1908 é professor catedrático de Economia Política e Direito Administrativo do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e, mais tarde, no IST e ISCEF. Em 1917 é eleito deputado católico por Portalegre e preside à respectiva Câmara. Entre 1919 e 1934 é presidente do Centro Católico Português. É eleito deputado por Braga para as legislaturas seguintes e lidera os deputados católicos até 1926. Para além de colaborar em jornais, tem vasta obra publicada (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>91</sup> João de Azevedo Coutinho (1865-1944) nasce em Alter do Chão. Oficial da Armada, antigo governador-geral de Moçambique e ministro da Marinha no fim da Monarquia. Após a implantação da República, é lugar-tenente de D. Manuel. Participou na revolta monárquica de Monsanto, tendo sido preso e amnistiado (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>92</sup> Trata-se do ministro dos Negócios Estrangeiros interino comandante Mesquita Guimaraes, uma vez que o embaixador César Mendes ainda se encontrava em Estocolmo.

<sup>93</sup> José Nosolini (1893-1968) nasce no Porto. Forma-se em Direito. Exerce a advocacia antes de se dedicar, primeiro, à política e, depois, à carreira diplomática. Monárquico e conservador. Vai ser deputado à Assembleia Nacional nas I e III Legislaturas (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>94</sup> José Fernando de Sousa (1855-1942), tenente-coronel e engenheiro, nasce em Viana do Alentejo. Monárquico e católico. Em 1900 pede a demissão do Exército por, sendo católico, não poder bater-se em duelo com o director de um jornal e, enquanto militar, ser

obrigado a fazê-lo. Faz a sua carreira nos caminhos de ferro. Desenvolve grande actividade jornalística. É director do jornal católico do Porto *A Palavra* e a seguir do seu congénere de Lisboa *Portugal*. Em 1916 dirige *A Ordem*. Suspenso este periódico após a revolta de Monsanto (1919), lança *A Época*. Nas páginas deste diário surge a polémica entre Fernando de Sousa e dirigentes do Centro Católico sobre a organização político-partidária dos católicos. Em 1927 suspende *A Época*. Mas em Janeiro de 1929 cria *A Voz* (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>95</sup> É de admitir que seja Costa Braga, referido nos relatórios de Assis Gonçalves como sendo comerciante de *import-export* do Porto e ligado ao nacional-sindicalismo [v. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Assis Gonçalves. Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, cit., p. 43].

<sup>96</sup> David Augusto Rodrigues nasce em 1874 e faz o curso da arma de Infantaria na Escola do Exército. Em 1908 é promotor de justiça junto do Conselho de Guerra da 1.<sup>a</sup> Divisão Militar. Na legislatura de 1924-1925 é deputado pelo círculo de Bragança, como membro do antigo Partido Nacionalista. Em 22 de Janeiro de 1926 comanda o Regimento de Infantaria n.º 6, no Porto. De 1926 a 1927 comanda o Batalhão de Caçadores n.º 7, também no Porto. Em 1931 é promovido a brigadeiro e nomeado inspeção da 1.<sup>a</sup> Inspecção de Infantaria (v. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*).

<sup>97</sup> Não foi possível identificar.

<sup>98</sup> Armando Boaventura (1890-1959). Monárquico, é então jornalista no *Diário de Notícias*. Em 1939 será chefe de serviços e correspondente especial daquele diário em Espanha. Em Julho de 1939 passa a ser adido de imprensa junto da Embaixada de Portugal naquele mesmo país. De si diz ter servido sempre a revolução nacional e ter lutado pela «causa do nacionalismo português» (v. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. 1, Presidência do Conselho de Ministros, 1987).

<sup>99</sup> Em Maio de 1932, o director-geral da Censura à Imprensa era o tenente-coronel João da Conceição Tomás Rodrigues (v. «Boletim n. 11 da Direcção Geral da Censura à Imprensa», cortes realizados na semana de 23 a 29 de Maio de 1932, MI, maço 460, IAN/TT).